



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 29

Sessão Ordinária de Abril

3ª Reunião de 17-05-1999

Aos dezassete dias do mês de Maio de mil novecentos e noventa e nove, nesta cidade de Aveiro, no Auditório 2 do Centro de Cultural e de Congressos, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida por Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos na qualidade de Primeiro Secretário e pelo Vogal António Sousa Dinis Correia na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, João Pires da Rosa, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, António Ildebrando Nunes Costeira, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Jorge Carvalho Arroiteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Lucas Amaro Rodrigues, Armando Manuel Dinis Vieira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, João José Ferreira da Maia, Manuel Simões Madaíl, Dinis Marques, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Álvaro Patrício do Bem, Nuno Teixeira Lopes Tavares, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Fernando Vieira Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, João Pedro Simões Dias, Luís Miguel Capão Filipe e Élio Manuel Delgado da Maia.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentadas pelos vogais Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Manuel Júlio Braga Alves, Henrique Manuel Morais Diz, Armando Manuel Dinis Vieira, Dinis Marques, Jorge Manuel do Nascimento, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Simões Madaíl, Élio Manuel Delgado da Maia as quais foram aceites e consideradas justificadas.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa deu nota de toda a correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

Presidente da Mesa:

“Bem, há aqui um problema que eu não sei resolver, mas que resolverei é evidente. Na última reunião foram suspensos os trabalhos quando se discutia o ponto dois, ou seja, o Relatório de Actividades e Conta de Gerência, relativa a noventa e oito da Câmara Municipal.

Haviam então inscritos os seguintes cidadãos representativos: Manuel Coimbra, Filipe Brandão, Jorge Nascimento, António Vinagre, Diogo Soares Machado, Raúl Martins, Capão Filipe e Rogério Madaíl.

A pergunta é esta: continua-se com esta ordem ou faz-se uma nova? Ou então arranjamos uma solução híbrida, é: abrir uma nova inscrição, mas dar de barato que estes já estão inscritos.”

Vogal Gaspar Albino:

“Sr. Presidente, não seria possível só uma pequena intervenção antes da ordem de trabalhos?”

Presidente da Mesa:

“Perfeitamente, se isso for requerido.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Corroborando as palavras do Sr. Gaspar Albino, no sentido de apoiar a intervenção que pretende fazer, nós requeríamos a abertura de um “Período de Antes da Ordem do Dia”, regimental, obviamente com a consequência de que a ordem dos inscritos voltaria a zero.”

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia um “Período de Antes da Ordem do Dia” solicitado pela bancada do CDS/PP, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Vogal Raúl Martins:

“Sr. Presidente gostaria de interpelar a Mesa.”

Presidente da Mesa:

“Interpele se faz favor.”

Vogal Raúl Martins:

“Sr. Presidente para além de lhe apresentar as boas noites, queria dizer que quanto à inscrição das pessoas para falar no ponto dois, acho que devia no máximo, ser autorizado a inscrição de pessoas que tenham faltado à última Sessão e que tenham a sua falta justificada. Uma vez que não faz sentido que eventualmente pessoas que já tenham falado sobre esse ponto dois, voltem a falar nesta reunião, não fará muito sentido; aliás foi um dos pressupostos que levou à interrupção, foi que se mantivesse aquela ordem de trabalhos.”

Presidente da Mesa:

“Eu procuro ter um desempenho minimamente competente e, portanto, estou a par dessas vicissitudes da última reunião.”

PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Saiu da sala o vogal João Alberto Simões Barbosa.

Vogal Gaspar Albino:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Meus senhores, eu pedi para usar da palavra porque em foro íntimo, há poucos dias, senti uma grande alegria.

Bati-me durante largos anos, para que no Porto de Aveiro surgisse um Porto de Pesca Costeira, adequado aos tempos que correm.

Como ex-presidente da Associação dos Armadores das Pescas Industriais, muitas vezes escrevi artigos em jornais, relatórios para a Secretaria de Estado, relatórios para a então Junta Autónoma do Porto de Aveiro, até que uma vez se começou a vislumbrar luz no fundo de um túnel: o Porto de Pesca ia para ser colocado no local adequado. Passaram-se os anos, posso-vos dizer, mais de vinte, e finalmente temos o Porto de Pesca Costeira a funcionar adequadamente em local certo e de forma inteligentemente organizada.

Como cidadão de Aveiro, tendo consciência da enorme importância que o Porto de Aveiro tem, para a minha Cidade, eu queria congratular-me, não somente em foro íntimo - isso já o fiz,

mas de viva voz, dizendo que é uma mais valia enorme para a nossa terra, porquanto efectivamente o Porto de Pesca que acaba de ser inaugurado, há poucos dias, é uma unidade que não nos deixa ficar mal em qualquer parte do mundo.

Por isso me congratulo e espero que todos me acompanhem nesta congratulação.”

Presidente da Mesa:

“Ouvido. Os oradores inscritos pronunciar-se-ão sobre isso se quiserem, penso que há um consenso de que todos nos congratulamos, mas se os grupos parlamentares (parece-me pertinente), quiserem no imediato dizer qualquer coisa, fá-lo-ão naturalmente. Ou talvez não valha a pena, é tácita a pertinência e a oportunidade e a justeza da intervenção que foi feita e não sei se com estas minhas considerações se fica resolvido o assunto.”

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados. Eu passo das condições técnicas para as pessoas. Passo das condições do Porto, para os Pescadores do Arrasto - para trazer aqui a minha indignação pelo facto de os Pescadores do Arrasto, não verem os seus salários actualizados há treze anos; recebem uma soldada base na ordem dos vinte e poucos contos que não é actualizada desde então e que procuram desde quatro de Abril chegar ao entendimento com as entidades patronais no sentido da revisão do seu contrato, para valores que sejam aceitáveis, que sejam normais, em que a soldada base seja na ordem do salário mínimo nacional, em que o subsidio de férias e o subsidio de natal, deixem de ser vinte e cinco contos para serem da ordem do salário mínimo nacional e que as posições que as entidades patronais têm assumido apesar da tentativa do Governo, de intermediar o conflito, até hoje não têm tido resultados concretos.

Nesse sentido e porque entendo que esta Assembleia se deve pronunciar, sobre assuntos desta jaez.

Tenho a apresentar uma Moção de Solidariedade para com os Trabalhadores da Pesca do Arrasto - que vou entregar na Mesa e que a Mesa lhe dará o destino que entender.

Lembro apenas como informação complementar, que uma moção de teor semelhante, foi aprovada recentemente por unanimidade na Assembleia Municipal de Matosinhos.

A segunda questão, tem haver com a primeira reunião do embora ainda não instalado Conselho Municipal de Segurança. Saudando o facto dessa realização, há uma questão que me deixa extremamente inquieto, perturbado, que é: qual a razão porque nesse Conselho esteve presente e usou da palavra o Sr. Governador Civil?

Ora, tanto quanto esta Assembleia Municipal deliberou; deliberou um Conselho com uma determinada composição na qual não incluiu o Sr. Governador Civil do Distrito de Aveiro, nem a Lei determina que o Sr. Governador Civil do Distrito de Aveiro tenha intervenção nestes Conselhos. Portanto, não consigo perceber, na base de que deliberação desta Assembleia ou na base na deliberação de quem é que o Sr. Governador Civil tomou acento e usou da palavra na reunião do Conselho?

Até acho que não é bom, que num sitio onde estão várias entidades e instituições que dependem da tutela do Governo, que não é bom, para que se esteja perfeitamente à vontade para falar, que a tutela ali esteja a fazer não sei o quê, porventura a fiscalizar aquilo que é dito.

Ora, porque isto é absolutamente estranho e absolutamente estranha a vontade expressa nas deliberações da Assembleia Municipal, queria que me fosse dada uma explicação e que fosse dada uma explicação a esta Assembleia.”

Presidente da Câmara:

“A explicação da presença do Sr. Governador Civil é muito simples: eu tomei a iniciativa de o convidar, uma vez que se tratava de uma primeira reunião para análise do regulamento

provisório, em que para além das questões formais do regulamento que nos foi proposto, havia um interesse real dos participantes dos membros desse Conselho, em ter uma avaliação global e tanto quanto possível abrangente da situação da segurança no Município e nada melhor que o Sr. Governador Civil que de facto centraliza toda a informação das diferentes forças de segurança que estão no terreno, para poder prestar essa informação. Foi esse apenas o objectivo, aliás durante a discussão que foi muito frutuosa, uma das ideias que apareceu, justamente, foi que o Conselho poderia convidar sempre que entendesse conveniente ou necessário, outras entidades a participar nas reuniões do Conselho para além daquelas que são a sua composição normal e que foi de facto tipificada. É só essa a explicação e que me parece que todos compreenderão - foi assim que as coisas se passaram.”

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente Alberto Souto, desculpar-me-á, mas com a naturalidade com que o Sr. Presidente entendeu convidar o Sr. Governador Civil, eu entendo que isso (na minha perspectiva) extravasa a competência do Sr. Presidente enquanto elemento que preside ao Conselho.

Foi esta Assembleia que determinou a sua composição, não há nada na lei (se fosse vontade do legislador, que os Governadores Cívicos estivessem presentes, estaria certamente considerado as entidades obrigatórias), não foi considerado nas entidades obrigatórias, nem nas que nós decidimos; se o Conselho quando tomar posse, entender convidar pessoas (é uma competência que certamente lhe reconhecemos), não terei qualquer objecção.

Nestas circunstâncias, neste momento, na minha opinião houve uma governamentalização, uma abordagem governamentalizadora do Conselho, quando o Conselho é de facto um conceito municipal de segurança e que se devia vincar muito essa vertente - de autarquia e não poder central.”

Presidente da Câmara:

“Eu só queria sublinhar que o Sr. Governador foi convidado, não para fazer parte do Conselho, obviamente. Foi convidado para estar presente numa reunião do Conselho.

A ideia é que de facto o Conselho possa ter autonomia para convidar outras entidades. E como estamos no âmbito de um regulamento provisório, em que nós permitimos de facto alguma flexibilidade e de facto houve uma série de propostas de alteração que apareceram.

Quanto à ideia de governamentalizar o Conselho, eu posso garantir-lhe que não, as pessoas falaram com toda a franqueza, e foram feitas várias críticas à actuação das várias forças que dependem da tutela presente, não houve ninguém a sentir-se inibido pela presença do Sr. Governador; a discussão foi de facto muito séria, muito interessada e as pessoas preocuparam-se realmente com a situação, e não tanto com as questões formais.

Pareceu-me, posso ter errado, mas pareceu-me que era importante, na primeira Sessão do Conselho, que os membros do Conselho pudessem beneficiar de uma perspectiva global; mas admito que tenha havido aí algum excesso de preocupação de fundo, em prejuízo daquilo que o regulamento provisório exigiria.

Enfim, penso que é mais importante isso que o regulamento provisório.”

Vogal Ana Carla Macedo:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Antes de mais, queria felicitar a Câmara Municipal, pelo esforço que tem desenvolvido no sentido de preservar o património arquitectónico em Aveiro.

Aproveito para falar no início de actividades do Gabinete do Património Cultural, que pelos vistos já iniciou funções durante o ano de noventa e oito e que neste momento se encontra em fase de conclusão da inventariação dos edifícios Arte Nova em Aveiro.

Quero ainda referir a realização do primeiro encontro de Aveiro - Cidade Arte Nova, onde a título de conclusão as opiniões parece que foram unânimes, e ao que dizem, Aveiro tem efectivamente um estilo arquitectónico; obras de grande valor que importam ser preservadas, tornando-se urgente tomar medidas.

Por último não podia deixar de referir a passagem do Sr. Ministro Manuel Maria Carrilho por Aveiro e que vai deixar ficar um milhão de contos, penso que em colaboração com a Câmara, para serem utilizados até ao ano dois mil e seis, para preservar e valorizar os edifícios de Arte Nova em Aveiro. Penso que assim e desta forma estão tomadas as medidas para que não se voltem a cometer erros que se cometeram no passado e de certeza que vamos deixar de ver edifícios Arte Nova a serem demolidos conforme já aconteceu com tantos outros. Muito obrigado.”

Entretanto entrou na sala o Vogal Rogério Mário Madaíl da Silva.

Vogal Armando Vieira:

“Muito obrigado Sr. Presidente. A propósito desta questão da Arte Nova e do Património Arquitectónico, vão-me permitir que eu mais uma vez tenha que referir aqui que o Concelho de Aveiro não é só a Cidade.

Eu lamento que se insista, e de uma vez por todas os partidos quando constituírem as suas listas para esta Assembleia, têm que cuidar de que a distribuição da residência das pessoas também tenha um equilíbrio geográfico, porque senão só se tratam os assuntos da Cidade e o resto do Concelho fica a ver navios - passo a expressão. Obviamente que também há edifícios Arte Nova ou do Estado Novo, chame-se o que se quiser - há edifícios cuja traça arquitectónica é necessário preservar também nas freguesias. E há coisas muito bonitas aí por essas freguesias fora, nomeadamente em Eixo, por exemplo, onde há uma riqueza arquitectónica fabulosa, que é preciso preservar - infelizmente a minha freguesia é muito mais pobre, mas também tem alguns casos que é preciso preservar.

E eu não posso aceitar calado, que se continue (mas isto foi sempre assim), que nesta Assembleia só se fale da Cidade.

O Concelho de Aveiro não é só a Cidade. E os impostos que alimentam a Câmara de Aveiro e as instituições públicas de Aveiro, que são cobrados no Concelho de Aveiro, garanto-lhes que na sua esmagadora maioria são cobrados fora da Cidade. É bom que se tenha isto presente em todas as áreas de intervenção da vida municipal. Isto veio a “talhe de foice”, e obviamente que eu estou consciente que o Sr. Presidente da Câmara, tem sensibilidade para perceber isto.

Eu estou-me a lembrar de uma situação que ainda ontem aconteceu; a Fanfarra da Costa do Valado ontem fez vinte cinco anos. Lamentavelmente a Câmara não esteve presente.

As pessoas humildes da Fanfarra da Costa do Valado, que tem feito um esforço por manter a Fanfarra viva, não têm o estatuto junto da Câmara que têm outras fanfarras, com muito prestígio e que nós respeitamos e nos orgulhamos de ter. Mas também é preciso que as fanfarras ou as instituições culturais ou as agremiações de carácter cultural, como a Fanfarra da Costa do Valado, seja respeitada. E de uma vez por todas, temos que acabar com o tratamento discriminatório. Eu nunca me envolvi nisso, mas o Sr. presidente da Câmara fica a saber, que vou-me envolver a sério nessa questão, porque não posso tolerar, que os porque são menos, porque não têm a qualidade dos outros, sejam absolutamente desprezados.

Fiquei triste ontem, e devo-vos dizer - não aproveitei isto para fazer críticas à Câmara. Não fiz! O Sr. Director da Fanfarra teve o cuidado de se lamentar nas palavras humildes dele; e obviamente que as pessoas que estavam lá e eram bastantes - eram centenas - que notaram isso. Vossas excelências o dirão.

Sr. Presidente como disse que nós só tínhamos três minutos, eu lembrei-me: três minutos, inflação três vezes. Perdoem-me aqui, nem vou falar aqui destas coisas que temos aí um expert para falar; a nossa inflação está três vezes acima da média europeia.

E quando o Sr. Primeiro Ministro vem dizer que isso é uma consequência do nosso crescimento acima da média, está a mentir; está-nos a chamar burros a todos nós - isso é inadmissível no Primeiro Ministro do nosso país e não podemos aceitar.

Porque nós sabemos que o crescimento na nossa economia, é inferior a alguns países que contribuem para a média europeia: como a Irlanda, a Finlândia, a Espanha, etc., o crescimento desses países é muito superior ao nosso, e a inflação é um terço da nossa. Os senhores sabem o que é que vem no ventre desta inflação - uma crise que nos vai afectar fortemente.

E o nacional porreirismo do Sr. Primeiro Ministro: que é boa pessoa, bem falante, simpático, um português típico. Todos somos uns bons rapazes, mas este nacional porreirismo e a sua postura face a exigibilidade, à competitividade, às exigências da qualidade no seio da comunidade, vai-nos trazer enormes problemas a curto prazo.

Nesse almoço, ainda ontem um empresário, com créditos firmados, já internacionalizado, dizia: mandei fazer há dias um estudo - e no meu sector dentro de três anos estamos no caos; e pagou quinze mil contos por esse estudo.

Este faz de conta que eu já vi nos governos do PSD, eu insurgia-me no seio das linhas do PSD, que faziam de conta que estava tudo bem, e recordo-me desta frase: “pintam cor-de-rosa aquilo que é negro”. São os senhores que envolvem quem manda neste país, numa perspectiva de manter os tachos e de manter os lugares.

E este faz de conta não trás nada de bom e infelizmente neste país que é um jardim de “rosas murchas” à beira mar plantado, infelizmente, se não for corrigido o percurso da nossa governação, vamos de certeza sofrer todos muito, a médio ou a curto prazo. É só isto para agora.”

Vogal Ana Carla Macedo:

“Sr. Presidente, eu só queria dizer que não sofro de nenhum complexo de ruralidade; eu quando falo de Aveiro, refiro-me ao Concelho e não à Cidade.”

Vogal Armando Vieira:

“Olhe, Sr. Presidente, não tenho nenhum complexo - vossa excelência sabe; e eu quando falo dos rurais falo na brincadeira. Obviamente que não tenho nenhum complexo de inferioridade em relação a nenhum dos senhores que aqui está presente. Passo a imodéstia da afirmação, considerando a diferença de formação ou a diferença de capacidade financeira, há uma coisa que eu não admito: é que ninguém seja mais capaz de amar a sua terra do que eu, podem ser iguais a mim; agora que a pessoa que me antecedeu, quando falou, falou da Cidade - essa é a verdade nua e crua e se for preciso o Sr. Presidente passe a gravação.”

Presidente da Mesa:

“Desculpar-me-ão, mas não vamos perder tempo com isso; é evidente que não está posta em causa o brio bairrista do Sr. Armando Vieira, mesmo porque a própria interveniente fez a chamada interpretação autentica. Tenha dito como dissesse, quis abranger o Concelho todo - é a interpretação que eu faço.”

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente, já vem de trás esta postura. O Concelho de Aveiro não é só a Cidade; e os senhores não gostam mais da Cidade de Aveiro do que eu. Eu tenho muito orgulho na minha Cidade e gosto muito da minha Cidade. Está bem? Pronto.”

Presidente da Mesa:

“Está. E eu corroboro as suas preocupações das freguesias suburbanas, nomeadamente de Eixo, onde foi, com alguma passividade e de tolerância da Câmara, foi lá cometido um crime que lesa a arquitectura tradicional ... já está, já está - não me interessa muito estar a olhar para o passado; mas é bom que se esteja atento.

Quanto aos três por cento da inflação; não estou nada preocupado ou melhor estou preocupado, mas formalmente a nossa integração na Comunidade, implica uns certos trilhos e portanto a inflação não vai subir.

Agora, se artificialmente se contém a inflação, quais são as sequelas económicas que daí decorrem?! Não sei francamente e não tenho preparação para saber se o nosso desenvolvimento implica crescimento da inflação ou não, não sei!!; não sou economista, o Primeiro Ministro também não é, mas vou-me informar.”

Vogal Joaquim Abreu:

“Gostaria que me dessem a palavra, para eu referir e complementar um esclarecimento que vossa excelência prestou aqui sobre um erro que possivelmente tivesse sido cometido em termos de arquitectura.

Se vossa excelência se está a referir ao edifício da família Brandão - essa alteração ao edifício, foi feita com a concordância do IPAR e da Câmara; por conseguinte nada de irregularidades com o dito edifício. O projecto foi elaborado, houve alguém que efectivamente contestou o projecto, esteve parado algum tempo e o IPAR por fim aprovou; por conseguinte acho que está dentro da legalidade.”

Presidente da Mesa:

“Devo dizer que eu não pus problemas de legalidade, mas lá por ser o IPAR, eu, como o Sr. Armando Vieira, também não tenho complexos, há muita alimária no IPAR que só faz disparates, nomeadamente quando autorizaram a revestir os muros de um castelo, em cimento armado. Portanto, o IPAR é o IPAR, e a minha opinião é a minha opinião e a sua, a sua; todas legítimas. Penso que foi feita asneira, mas também não vale a pena chorar sobre o leite derramado - já está, já está. Penso isso com toda a franqueza.”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente, pegando nas suas palavras, por razões óbvias milito entre aqueles que nesse aspecto, defenderia o conservadorismo, por razões afectivas óbvias - obviamente referindo-me à casa que foi da minha avó.

Pegando nas palavras do Sr. Armando Vieira, de facto, para manifestar a minha estupefacção - se fosse o meu camarada Raúl diria que estava “banzado”, porque o Sr. Vieira usa da palavra e reclama a palavra para protestar que na Assembleia Municipal só se fala da Cidade, e pega no discurso e remete-nos para a União Europeia. De facto é uma forma de protestar por essa discussão corrente na Assembleia. E teceu vários considerandos de ordem macro-económica de que vossa excelência é reconhecidamente um especialista, e portanto, todos nós aprendemos também um pouco daquilo que hoje de uma forma particularmente generosa, quis partilhar connosco; - os seus considerandos.

Apenas também um considerando que não pode passar em branco; o Sr. Vieira diz que de facto na Assembleia Municipal só se fala de Aveiro. Eu penso que essa crítica deve ser dirigida a quem tem responsabilidades acrescidas sobre isso; como o Sr. Vieira não ignora (estruturalmente falando), ou seja, do ponto de vista da estruturação legal, estão reunidas as condições para que se não caia nenhum risco desse tipo em nenhuma Assembleia. Como vossa excelência sabe, independentemente da composição de qualquer lista, as populações de todas as

freguesias estão necessariamente representadas nesta Assembleia e portanto vossa excelência terá que extrair as ilações desses seus considerandos, sendo certo que será capaz de o fazer. Finalmente, e porque não quis perturbar a ordem dos trabalhos, quando vossa excelência o Sr. Presidente lançou o repto de pegarmos no assunto que foi aqui trazido pelo Sr. Gaspar Albino, entendo que de facto, também nós nos associamos e entendemos tornar público, a nossa profunda satisfação pela dotação de Aveiro e da sua Região de mais um equipamento, que será com toda a certeza, estruturante para o desenvolvimento desta Região. Muito obrigado.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, deixe-me dizer-lhe que como amante da história, embora não especialista, fico muito satisfeito por ter sido ressuscitada a figura de D. Sebastião, particularmente no que diz respeito às eleições europeias. Estamos conversados sobre esta matéria.

Relativamente aos assuntos específicos da Cidade, gostaria de lamentar que apesar do discurso tão optimista das autoridades governamentais e do seu representante no Distrito, o Sr. Governador Civil, não me parece que aos cidadãos surja a ideia de que a segurança é neste momento melhor do que era no ano passado, do que era há dois ou três anos. De facto, são os cidadãos que são vítima dos crimes, são os cidadãos que são vítimas das agressões, são os cidadãos que são vítimas dos roubos. E o que eu tenho ouvido cada vez que aqui estou, é cada vez maior número de queixas sobre essa matéria; aliás eu recomendaria aos mais firmes adeptos da segurança e ao Sr. Ministro Jorge Coelho, que lessem um artigo hoje publicado por uma pessoa que já não é tão querida - o Sr. Moita Flores, publicado no Diário de Notícias. Talvez pudessem a partir daquele artigo que lá está, sobre a segurança dos cidadãos e sobre o crime, tirar as suas próprias conclusões.

Depois gostaria ainda Sr. Presidente, se me permitisse, de me referir ao bem estar dos cidadãos e às consequências de um mau planeamento das actividades lúdicas, para o bem estar dos cidadãos. Eu acho estranho que esse assunto não tenha aqui sido trazido por outras pessoas, que representam mais de perto esses cidadãos.

De facto Sr. Presidente da Câmara, eu sou professor universitário, tenho uma óptima relação com os meus alunos. Acho que eles, como toda a juventude e como todos nós, temos todo o direito de nos divertir; mas também sou cidadãos de Aveiro e nesse sentido entendo que é minha obrigação nomeadamente, como autarca, contribuir para que o divertimento dos meus alunos e dos alunos dos meus colegas, não contribua desmesuradamente para o desassossego de uma boa parte dos cidadãos que todos os dias se tem de levantar de madrugada, para irem para o trabalho.

Eu também gostaria de me congratular com mais uma visita do Sr. Ministro Carrilho à Cidade. Gostaria de me congratular com a visita de todos os ministros que aqui têm vindo - é bom sinal. É sinal de que Aveiro neste momento surge no mapa nacional; estou de acordo. Agora o que eu não posso é deixar de chamar à atenção para o facto de relativamente a Aveiro, o Sr. Ministro Manuel Maria Carrilho, fazer exactamente aquilo que o Sr. Ministro do Equipamento (e uma série de coisas mais), faz, que é prometer o dinheiro para dois mil e seis: muito obrigado. Certamente já não será o Sr. Ministro Manuel Maria Carrilho a dá-lo. Não sei como é que ele o pode estar a prometer neste momento. Ainda não vi nenhum programa eleitoral que tivesse sido aprovado e que o contemplasse. De maneira que chega de fazer flores com promessas que não estão referendadas em lado nenhum.

Um último ponto, Sr. Presidente. Eu gostaria de manifestar aqui o meu pesar, por tudo o que esta a acontecer neste momento em Timor, e tudo aquilo que se adivinha que vai acontecer. E manifestar o meu pesar, porque há pessoas responsáveis neste país, que perante a desgraça conhecida e aquela que ainda não tivemos oportunidade de conhecer e perante a desgraça que se adivinha - digam que a história é o que é. Muito obrigado.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Duas breves referências, elimino uma terceira porque a referência a Timor também a tinha aqui registada e ela já foi aqui brilhantemente trazida pelo Prof. Henrique Diz e portanto, abstenho-me de sobre ela, tecer mais algum comentário.

Uma primeira então será, permitir-me regozijar-me e propor a esta Assembleia que se regozije e que se congratule com a passagem do Sport Clube Beira Mar, à final da Taça de Portugal, creio que isso ainda não terá sido feito aqui, num voto de congratulação e de apoio, ao Sport Clube Beira Mar, para que no dia dezanove de Junho possa fazer história para a Cidade e para o Concelho, ganhando a final da Taça de Portugal.

E portanto, proponho que esta Assembleia se congratule e essa congratulação seja enviada á Direcção do Beira Mar, com um voto de boa sorte e felicidades para o jogo do dia dezanove de Junho, assim como à manutenção do Beira Mar na primeira divisão, que todos nós queremos e desejamos.

Em segundo lugar, para questionar o Sr. Presidente da Câmara acerca de um incêndio ocorrido, no pseudo armazém de papel da Fábrica da Pinheira há dois dias ou duas madrugadas.

Obviamente que quando se adquiriu aquele imóvel, era essa a ideia que presidia ao espírito do Executivo de então: um imóvel devoluto, com área suficiente para armazenarmos papel. E assim foi; comprou-se o imóvel, para se construir ou para se utilizar como um excelente armazém de papel, para vender ou para reciclar e isso foi feito em noventa e três.

Em noventa e três adquiriu-se o imóvel, e verdade seja dita, a Câmara passou das palavras aos actos e começou a armazenar papel na Fábrica de Louça da Pinheira. Acontece que o papel foi-se avolumando, até que anos depois, provavelmente o inevitável aconteceu - a Fábrica da Pinheira ardeu; o armazém de papel ardeu. E eu perguntava aqui, se agora que ardeu o papel que estava dentro da Fábrica da Pinheira e terá ardido parte da Fábrica da Pinheira, a célebre ideia que o Sr. Presidente teve no início do seu mandato, sobre como granjear algum dinheiro de uma forma mais ou menos rápida, para equilibrar as contas do Município, se essa célebre ideia vai agora ser retomada ou seja, se o Sr. Presidente pensa, agora que ardeu o papel fazer alguma coisa ao imóvel: vendê-lo; loteá-lo, não sei, alguma coisa; eu lembro-me que era uma ideia que o senhor tinha e que era muito sua na altura e que de repente ardeu como o papel.

Mas pergunto outra coisa também: eu tenho visto com agrado, para além da Polícia de Segurança Pública, para além dos Bombeiros, para além da GNR e tal, uns senhores fardados de azul e com umas boinas azuis, com uns uniformes lustrosos, com uns galões bem puxados e que dizem - Protecção Civil Municipal. E palavra que sempre que tenho visto esses senhores (que quando chove até têm uns impermeáveis à maneira), eles não actuam como Protecção Civil Municipal, porque actuam sempre após acontecer alguma coisa. As inundações da Força Vouga, lá estava a Protecção Civil Municipal - após as inundações; o incêndio da Fábrica da Pinheira, nem ninguém ouviu falar sequer na Protecção Civil Municipal, nem tão pouco se consegue entender hoje, após o incêndio, que diga-se - foi uma infelicidade (se calhar foi combustão espontânea, provavelmente o papel já devia estar em degradado estado de decomposição, sendo matéria orgânica).

E eu pergunto Sr. Presidente da Câmara, onde é que está a actuação eficaz que se pretende de uma Protecção Civil Municipal, que acima de tudo tem que ter pronto um Plano de Emergência Municipal. Portanto, pergunto em primeiro lugar: existe o Plano de Emergência Municipal, neste momento em Aveiro? Existe ou não existe? Estava em preparação no mandato anterior. E neste momento está concluído o Plano de Emergência Distrital da Protecção Civil, no qual o Plano de Emergência Municipal se tem que basear e até hoje “nicles, batatorum”, qualquer coisa.

Não temos Plano de Emergência Municipal e eu pergunto - para que é que temos Protecção Civil Municipal?

Em segundo lugar, em termos de prevenção de acidentes urbanos e menos urbanos, o que é que está previsto que seja o papel da Protecção Civil Municipal? Há um Vereador responsável pela coordenação do processo; há até um chefe da Protecção Civil Municipal - e isto quase que me faz lembrar a anedota do papagaio: que era o papagaio mais velho da loja, era o mais caro - o que estava quase a morrer era o mais caro; e porque é que era o mais caro? Porque os outros lhe chamavam chefe.

Quase que me parece, que a Protecção Civil Municipal também tem um chefe só para ter um chefe, não digo que se venda, nem que se hipoteque, mas só para ter um chefe.

Estamos neste momento, e as pessoas sentem em Aveiro, que não há por parte da Protecção Civil Municipal, do Vereador do Pelouro e da Câmara Municipal, uma clara articulação entre o que deve ser o Serviço de Protecção Civil Municipal e os Bombeiros desta Cidade e a Polícia desta Cidade - não há uma clara articulação, não há um Plano de Emergência Municipal; Sr. Presidente eu pergunto-lhe: para que é que há Protecção Civil Municipal? Muito obrigado.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Obrigado Sr. Presidente. Já há muito que o que eu tinha para dizer foi dito, de modo que vou cumprir os três minutos.

Em primeiro lugar, ao associar-me à congratulação pela realização das obras que conduziram ao Porto de Pesca de Aveiro, dizer que é uma obra que foi programada e planeada pelo anterior Governo e executada por este, portanto estamos todos de parabéns. Além disso quero dizer que me congratulo pelo passado, pelo presente e faço votos para o bom uso para o futuro.

A propósito deste assunto eu gostaria de solicitar, já que finalmente este Porto de Pesca, transitou para aquele local, que fosse o mais rapidamente possível pensada, a intervenção na antiga Lota junto das Pirâmides, porque de facto o que se pensa é que será altamente importante e de utilidade para a Cidade.

Segundo ponto, para louvar os jovens universitários que têm demonstrado elevada maturidade quando se propõem colaborar na problemática da segurança da Cidade. Têm de facto manifestado grande maturidade neste assunto, evitando soluções fáceis e querendo colaborar com as autoridades.

Finalmente, só para dizer que não há dúvida nenhuma e concordo com o meu colega de bancada, Prof. Henrique Diz, quando fala destas promessas para o ano dois mil e seis; dá-me a impressão de facto que se está a gerar a nível da sociedade portuguesa - a nível do Governo, mas também a nível muitas vezes das autarquias, é o caso desta também, que muitas vezes se parece querer hipotecar o futuro. Nós aqui nesta bancada temos protestado e mesmo votado contra alguns empréstimos, que só serão pagos daqui a muito tempo, situações de leasing e outras coisas desse género, porque não há dúvida nenhuma, que se está a procurar no momento, não só aqui, mas em todo o país, algo que pode hipotecar o futuro. Parece que está a haver uma escola dos vários responsáveis neste país e neste momento, para esta perspectiva de hipotecar o futuro - é uma escola dos responsáveis rosa. E de facto como o povo não é burro e já percebeu, “a rosa murçou”. Muito obrigado.”

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“Em termos breves necessariamente, porque dispomos de três minutos e porque também não quero mais; só para algumas pequenas chamadas de atenção, porque críticas de fundo também não as teria para fazer, de todo o modo, sem querer pintar de negro o que é obviamente cor-de-rosa em Aveiro.

A primeira chamada de atenção, tem haver com uma coisa extremamente simples, que já aqui foi assinalada noutras ocasiões e com o facto de a correspondência relativa aos acontecimentos, vir sistematicamente de maneira a ser recebida depois deles. Há qualquer coisa que não está aí a correr bem e portanto, eu permitia-me fazer este pequeno reparo; assim como me permitia

fazer uma pequeno reparo à organização do jantar do dia doze de Maio. Penso que há qualquer coisa que mudou em Aveiro e que de facto está pintada de cor-de-rosa e ali de cor-de-rosa só vi a escolha do local que foi brilhante. Não sei a quem é devida, mas foi de facto brilhante.

Ainda relativamente à organização, igualava e rivalizava com as péssimas organizações dos jantares anteriores. Nestas circunstâncias confundindo uma exibição musical, com um ensaio musical - não era o sitio apropriado, penso que não.

A refeição primou por nos mostrar que o Hotel Imperial, consegue ter pelo menos não tarda há duas décadas, a mesma sobremesa e servir racionado. Eu estou à vontade para dizer isto, além do facto, que o protocolo desconhece de facto quem se senta nas mesas, o que torna a questão por vezes delicada e faz com que algumas pessoas se vejam na contingência - como observei, de não poderem beber, seja água, seja vinho as vezes de que necessitariam, porque como também não há ninguém que sirva, é indelicado estar ali a passar a mão pela frente do representante do Ministério Público ou coisa assim. Enfim, uma série de indelicadezas, não falando na Comunicação Social, atirada para o único sitio onde provavelmente não conseguiriam ver o Sr. Presidente e tirar apontamentos em condições, portanto, tratada de uma forma que não me parece, nem justa, nem legítima. E fico por aqui porque seria um role, quem lá esteve viu claramente e desmerece efectivamente da Câmara que temos, cuja imagem é nova, cujo sentir é novo e cuja maneira de ser é completamente diferente, desta imagem que ali foi dada. E é um acontecimento por ano, penso que mereceria maior cuidado. A imagem da nossa Câmara vejo-a num encontro que tivemos aqui com os Deputados ao Parlamento Europeu e se o Sr. Presidente da Câmara, me permitia a sugestão - não faço ideia nenhuma quem o organizou, mas não foram certamente as mesmas pessoas. Porque se tivessem sido, nós não teríamos ficado com certeza com esta ideia e com aquilo que ali se passou. Fosse quem fosse, valia bem a pena que organizasse, pelo menos estes acontecimentos do dia doze de Maio, porque seria outra coisa.

Outro dos reparos e eu disse aqui já várias vezes, e chamei à atenção nesta Assembleia, não digo necessariamente neste mandato, sobre o facto de nós estarmos habituados em Aveiro, a ver demasiada erva para pouco saneamento. Isto é, tapava-se com relva tudo quanto era defeito, como se viu depois com as inundações e tudo isso.

Agora felizmente temos a situação ao contrário; está a ser feito por baixo depois obviamente é tapado - por isso é que sugeri que tirassem a fotografia rapidamente porque senão depois não se nota a evolução, mas há uma pequena crítica também, digamos assim, no sentido positivo, uma pequena achega e que tem a ver com o ajardinamento. Agora sim, após as obras que estão a ser feitas e que me parece um pouco desadequado às questões do trânsito. Parece-me que estão a por arbustos altos demais no centro das rotundas e já agora permitia-me (o Sr. Presidente é uma das pessoas que ultrapassa o próprio Concelho), para ir mais longe para chegar à União Europeia e chamar à atenção para um jardim que existe em Bruxelas e para o cuidado que tem sido feito nos ajardinamentos das cidades de modo a que os arbustos que são colocados próximos dos locais onde as pessoas passam, fazem os seus jogging, por aí fora, não fiquem directamente em cima dos sítios onde as pessoas vão passar, fiquem relativamente afastados, de maneira a que a pessoa possa ir à sua vontade e ver em campo aberto e ninguém se possa esconder e saltar sobre ela no último momento. Parece-me que isso não está a ser cuidado e entretanto é preciso fazer esse jogo com árvores que depois crescem e não há quem fique atrás dos troncos e feito isso à distância suficiente para que as pessoas possam andar com cuidado, com um ajardinamento adequado.

A terceira e última questão que é a da segurança. Em relação à questão da segurança, gostaria de reforçar o que foi dito apenas num sentido; no sentido de que não me parece que se deva facilitar, há de facto um certo laxismo que não é de hoje, em relação à segurança em Aveiro.

Parece-me que esta Cidade ainda estava a tempo, de pelo menos pôr algum travão que não existe noutras cidades. Porque depois do mal excessivamente multiplicado é difícil pôr-lhe mão. Claro que eu não vou aconselhar coisas aqui à moda da minha terra - sabemos quem são os

miúdos que andam a fazer isto, três chapadas e vão ao sitio; mas também que se não coloquem Polícias senão à paisana, porque eu não há meio de ver nenhum. Parece-me excessivo.”

Vogal Pedro Pires da Rosa:

“Sr. Presidente, muito brevemente, e em primeiro lugar inscrevi-me substancialmente para isto: para subscrever na íntegra as palavras do meu colega de Assembleia Gaspar Albino, sobre a inauguração do novo Porto de Pesca Costeira de Aveiro - Aveiro Região. Em segundo lugar, por esperar e já estou ansioso - posso dizê-lo, pelo debate frutuoso que com certeza se vai seguir, agora no seguinte ponto da ordem de trabalhos; e para congratular-me também por verificar, que a bancada do PSD hoje já se encontra devidamente preparada. Obrigado.”

Entretanto reentrou na sala o vogal João Alberto Simões Barbosa.

Vogal Armando Vieira:

“Eu não sei se terei percebido bem, vossa excelência explicar-me-á se eu entendi bem, que a Câmara organizou para os senhores Deputados Europeus do Partido Socialista um jantar que teve muito mais qualidade do que aquele que a mesma Câmara organizou para os membros e as autoridades deste Concelho. Percebi bem, Sr. Presidente? Vossa excelência dirá se o erário público - as verbas venham elas de onde vierem - se esta Câmara, respeita mais os Deputados do Partido Socialista, sejam eles europeus ou nacionais (independentemente do respeito que lhes é devido), do que os representantes do povo deste Concelho a quem a Câmara tem a obrigação de atender convenientemente?”

Presidente da Mesa:

“Sobre essa matéria devo dizer que, o Parlamento Europeu não subsidiou esse jantar. E já agora devo dizer, e porque estive de algum modo ligado a isso, embora modestamente, mesmo porque andava “empanado” mais do que agora, que toda a gente que esteve aí ficou muito satisfeita com a organização e escreveram-me cartas a congratularem-se com isso. Se houve uma diferença de critérios gastronómicos, estéticos e organizacionais, protocolares, é tudo muito complicado, mas não é a mim que cumpre abordar o tema naturalmente.”

Vogal Raúl Martins:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Era para falar de uma coisa que ainda não se falou aqui hoje: é que na próxima quarta feira, vai haver uma apresentação na Universidade de Aveiro - no Departamento de Engenharia Mecânica, do novo “Pipe-line”, que vai ligar o “Pipe-line” que já existe em Maceda, via Estarreja a Ílhavo, portanto ao Porto de Aveiro. É uma iniciativa da PETROGAL, que deve contar com o apoio de todos nós, dado que em condições normais vai retirar das estradas uma série de camiões que transportam produtos altamente inflamáveis e portanto, potencialmente perigosos, embora não passe por Aveiro propriamente dito, é importante para as pessoas de Aveiro que têm de suportar efectivamente esses camiões a passar por cá. E não será como um político importante da Cidade me disse há dias, não será tão pouco importante para a Cidade como aquilo que eventualmente à primeira vista aparenta.”

Entretanto entrou na sala o vogal Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira.

Presidente da Mesa:

“Moção.

«Considerando:

- que os trabalhadores da pesca do arrasto costeiro, de Aveiro e de todo o país, estão em greve desde o dia 4 de Abril, pela exigência da revisão do seu Contrato de Trabalho, que não sofre alterações há treze anos;
- que os homens do mar, passados que são 25 anos desde o 25 de Abril, continuam a trabalhar em condições difíceis e a usufruir de baixos salários e regalias. A soldada fixa é de apenas 25.500\$00, acrescida de percentagem do valor do pescado;
- porque a situação tende a arrastar-se devido à inflexibilidade das posições assumidas pela Associação Patronal que, não tendo aceite as propostas sindicais ainda não apresentou qualquer proposta diferente, que possa fazer avançar as negociações.

A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida em 17 de Maio de 1999, decide:

1. Manifestar a sua solidariedade aos trabalhadores da pesca da região de Aveiro.
2. Solicitar ao Executivo da Câmara Municipal para que intervenha, através dos meios ao seu alcance, no sentido de ajudar a desbloquear o actual conflito e da tomada de medidas que contribuam para a dignificação dos pescadores.
3. Enviar esta moção para:
 - Senhor Secretário de Estado das Pescas;
 - Grupos Parlamentares da Assembleia da República».

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação da Assembleia a admissão da Moção apresentada pelo PCP, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

Vogal Jorge Nascimento:

“Sr. Presidente. Esta Assembleia ocupa-se de todas as coisas que digam respeito ou que tenham interesse para o Município e para os municípios.

A esta luz é fácil concluir que tudo diz respeito aos municípios e ao município, que nós estamos neste mundo e portanto, tudo nos afecta e com tudo somos solidários e deixamos de ser. Creio eu que não é o caso aqui. Este assunto é um assunto tipicamente laboral e a meu ver não cabe no âmbito de apreciação desta Assembleia, estar a tomar partido, porque de facto o votar desta moção, é tomar partido e mais grave do que isso - dividir os municípios, porque no seio do Município há trabalhadores da faina piscatória, pescadores e armadores e portanto, pessoas ligadas à entidade patronal, e esses conflitos normalmente lá se resolvem e resolvem-se sempre a bom termo porque enfim, os institutos de que a organização jurídica dispõe e as pessoas dispõem à face delas, permitem que se possa fazer uma discussão aberta, que se usem meios de pressão sem que o tema tenha que vir a um órgão autárquico.

Portanto, a meu ver este assunto não deveria ser trazido aqui. Isto não obstante a nossa simpatia de bancada e pessoal, quer pelos pescadores, quer pelos armadores. Agora entendemos é que isto é um assunto que lhes diz respeito. Esta a primeira questão.

Depois, quer dizer, nós somos chamados aqui a tomar posição em votação e até a dirigir ofícios e a comunicar essa posição aos órgãos nacionais. Bem isso seria elementar, que tivéssemos uma informação completa que nos permitisse uma deliberação fundamentada em matéria informativa que evidentemente, penso eu que não existe na generalidade, e obviamente que não vínhamos preparados para discutir e votar um tema como este que não deixa de ser grave. Se esta Assembleia aprovar o que diz a moção, claro que isto tem os seus efeitos e podemos até evidentemente, cair numa situação - ao abrigo de quê; em nome de quê; com que fundamentos.

A moção não está minimamente fundamentada, digo eu, passe esta posição sempre com o respeito que nos merecem quer os trabalhadores, quer a entidade patronal.

Portanto, eu entendo que a Assembleia não se deve pronunciar sobre isto, sobretudo por falta de assento e por o tema estar a exorbitar, digamos, as funções deste órgão autárquico.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, contrariamente ao orador que me antecedeu, eu sou da opinião que esta Assembleia se deve mesmo pronunciar sobre todos os assuntos que de alguma forma afectam a vida dos seus municípios e a actividade económica do Concelho.

E portanto, nesse sentido parece-me perfeitamente plausível, aceitar que um deputado municipal tenha trazido aqui esta moção e que por esse motivo, nós aceitámos que ela fosse posta à discussão. No entanto o que eu não posso acordar, é com os termos do considerando na medida em que não trazem a informação necessária à formulação de uma opinião; estão claramente do lado de uma das partes envolvidas no conflito. E portanto, parecer-me-ia a mim, que seria perfeitamente razoável, aprovar uma moção que de alguma forma apelasse ao fim do conflito, no sentido da resolução dos problemas que afectam este sector, que são graves, e que não passam apenas pelo contrato colectivo de trabalho, não passam apenas pela revisão salarial, parecer-me-ia razoável aprovar uma moção desse género; não me parece razoável no entanto, que se aprove uma moção que tem os considerandos que aqui são feitos. Muito obrigado.”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente, serei particularmente breve, até porque em traços gerais concordo com as asserções gerais aqui despendidas pelo Prof. Henrique Diz.

Sendo certo que estamos a falar, de uma problemática relacionada com a negociação de contrato colectivo de uma classe profissional incontroversa que tem sido sacrificada ao longo de muitos anos e cujas condições de trabalho são de facto precárias, penso que este tipo de considerandos não são de molde a poderem ser subscritos por esta Assembleia, porque penso que é grave que qualquer Assembleia se pronuncie com ligeireza sobre qualquer tipo de assuntos.

E de facto a asserção contida nos pressupostos de que a situação se tende a arrastar devido à inflexibilidade das posições assumidas por uma associação profissional, penso que ninguém neste momento está em condições de poder avaliar este tipo de pressupostos, ou seja, podem corresponder de facto à verdade, mas também podem não corresponder e neste momento nós não temos a possibilidade de o poder avaliar.

Por outro lado, gostaria de saber, uma vez que se disponibilizou o proponente, que nos fossem explicados em termos exequíveis e razoáveis, quais os meios que uma Câmara Municipal tem à disposição para ultrapassar um conflito laboral que manifestamente um governo ainda tem obviamente atinencia a esta matéria, agora, uma Câmara Municipal duvido, e portanto gostaria, que não em termos de qualquer repercussão demagógica, mas sim em termos sérios: quais são os meios que uma Câmara pode usar para desbloquear uma situação laboral?

Se a explicação for convincente - o que deixo em aberto - e se houver a disposição de ser retirado os considerandos, portanto, que a moção a ser aprovada, seja retirada da apresentação da moção os considerandos, ou seja, é óbvio que não se votam considerandos, mas se for votada uma moção com base em determinados considerandos, a nossa opção será uma; se forem retirados os considerandos, e a justificação para uma intervenção de uma autarquia, seja plausível, penso que nada obsta que esta Assembleia manifeste a sua solidariedade aos trabalhadores da pesca, porque de facto, penso que ninguém negará essa solidariedade. Muito obrigado.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Há aqui portanto uma moção formalmente apresentada, há sugestões para a sua alteração - eu também subscreveria uma solicitação para alguma alteração a esta moção, porque na verdade há aqui uma situação que urge alterar.

Não há dúvida nenhuma que este tipo de vencimento que ganha um pescador, é qualquer coisa de índole mais ou menos feudal. A ideia de um pequeno ordenado fixo e depois daí resultam problemas - até de segurança social e outras complicadas, a nível de reformas e outras coisas do género e além disso ser acrescido de uma percentagem do valor do pescado (isto é um processo que já não se usa muito), que trás inconvenientes, naturalmente para o pescador e que deve ser alterado.

O que me parece da discussão, é que não está a ser alterado, porque se por um lado, e eu pergunto: eu estou aqui a dizer porque também não estou aqui suficientemente preparado para este debate, e portanto eu estou a interrogar, nomeadamente o Sr. António Salavessa, se de facto escreveu esta moção, tem conhecimento do assunto, mas a informação como foi transmitida, é que: os trabalhadores efectivamente querem ver aumentado o seu salário fixo - a sua soldada fixa, no entanto, não estão nada interessados em diminuir a percentagem sobre o valor do pescado - pelo contrário, até a querem aumentar. Para saber se é assim ou não?

Por outro lado, também tem informações da parte das entidades patronais pelo facto, está como está, também não há grande margem para negociações. E com toda esta informação teria algum receio, naturalmente, dos considerandos não iria subscrever, porque não estou suficientemente informado para isso - não estou a dizer que sejam justos ou injustos.

Em relação ao resto, quer me parecer que uma atitude razoável desta Assembleia, era solicitar o entendimento entre as partes e não imediatamente assumir um papel em favor de uma das partes. E quando se fala em “manifestar a sua solidariedade aos trabalhadores da pesca da região de Aveiro” - Sim! Mas talvez também ter em atenção, que isto dito só, pode parecer imediatamente, estarmos a utilizar e a querer que se estabeleçam diálogos, mas estamos já do lado de uma das partes e efectivamente isso talvez até possa ser inconveniente; possa ser mais uma atitude política, uma pressão, mas não propriamente estarmos a pugnar por um entendimento que é urgente; porque de facto, salários fixos de vinte e cinco contos e quinhentos, neste país devem ser obviamente alterados. Muito obrigado.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Parece-me que no fundo, e em relação a este tema, concordando talvez, como questão de principio que os salários fixos de vinte e cinco contos devam ser banidos - eu direi que sim, a não ser quando eles são assumidos de mutuo acordo por ambas as partes - muitas vezes isso acontece.

Quanto à reforma, não estarei tão preocupado como o senhor professor, porque ela é construída com base num misto entre a remuneração variável, e a remuneração fixa. E isso acontece não só com os pescadores; acontece com os vendedores, com os delegados comerciais, etc., etc., a não ser aqueles que não querem que a sua reforma seja maior, e preferem usufruir de lucros maiores, enquanto trabalham; isto por um lado.

Por outro lado, também me parece que concordando com tudo o que aqui terá sido exposto por anteriores oradores, está excessivamente mal fundamentada esta moção: e leio-vos só um parágrafo “que os homens do mar, passados que são vinte e cinco anos desde o vinte e cinco de abril, continuam a trabalhar em condições difíceis e a usufruir de salários baixos e regalias” - claro que sim, os trabalhadores da construção civil se calhar também não estarão melhores e também merecem o nosso respeito. Agora dizer-se que “a soldada fixa é de apenas vinte e cinco contos e quinhentos, acrescida de percentagem do valor do pescado”; isto pode ser mal interpretado. E eu porque ignoro, que não tenho conhecimento dos valores gostaria de saber se o proponente da moção sabe quanto é que é a percentagem que cada pescador recebe, sobre o valor do pescado. E isto é importante que se diga, porque eu também não sei - quanto mais não seja por causa disso.

Agora, terminando estas considerações, o que me parece claramente, é que as sugestões de alterações esta moção, aqui aduzidas pela bancada do PSD e também pela bancada do Partido

Socialista, transformam completamente aquilo que é o espírito contido nesta moção. Completamente! Porque esta moção, quer claramente, que a Assembleia Municipal manifeste a sua solidariedade aos trabalhadores da pesca - está aqui dito.

Se quisermos, pode esta Assembleia - se entender - redigir novo texto, apelando ao consenso entre as partes. Porque isso não é o que está aqui previsto; e portanto à partida a posição da nossa bancada, não é de sugerir alterações a esta moção, porque esta moção vale o que vale, pelo que encerra e o intuito foi este que está aqui amplamente discutido e portanto claramente esta bancada manifestará o seu desapoio a esta moção e estará disponível para em conjunto para com todas as outras bancadas - se assim for entendido - redigir um novo texto, apelando em nome da Assembleia Municipal, que é até ver, o órgão político máximo deste Concelho, e portanto o órgão político que até na sua gestão normal procura consensos - entre a bancada da Câmara e as diferentes bancadas - procurar promover ou pedir que se faça luz e que se obtenha consenso entre as partes envolvidas. É só isto Sr. Presidente. Muito obrigado.”

Vogal António Salavessa:

“Quanto à admissibilidade do que deve ou não ser discutido nesta Assembleia - por muito respeito que possa ter por opiniões em sentido contrário, acho que cabe perfeitamente este tipo de assunto.

Há aqui algumas questões, que foram colocadas sobre a parcialidade e eu quero dizer com toda a clareza, que sim; que esta moção na sua génese, na sua origem e na sua forma como está elaborada, é uma moção parcial, é uma moção que pretende como está escrito - manifestar solidariedade aos pescadores. Porque os pescadores estão em greve desde o dia quatro de Abril, têm feito inúmeros esforços, para conseguir que a Associação Patronal, diga de sua justiça; diga: se não quero isto, quero aquilo; e portanto, até hoje não conseguiram nada! Nada! A única coisa que a Associação Patronal disse até hoje, é que “se o Governo nos der fundos, nós faremos repercutir esses fundos no salário dos trabalhadores” - esta é a única questão que até hoje foi conseguida.

Neste ponto de vista não estou interessado, noutra formulação que apele ao consenso e ao entendimento, quando o que se passa neste caso, é de facto uma parte que está intransigente, que não abre nada.

Se a Assembleia quiser fazer uma moção a apelar à Associação, para terminar a sua intransigência, para começar o diálogo, etc., estaremos de acordo com isso.

Quanto à falta de informação, eu poderia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, transmitir aqui toda a informação que resultou de um encontro de cerca de duas horas, com trabalhadores da pesca do arrasto e dirigentes sindicais do sector, que enquanto participante de uma delegação do PCP, tive com estes trabalhadores - e que é uma informação de alguma forma exaustiva; que permite saber por exemplo, que a percentagem do pescado é um virgula dois por cento, para os pescadores, para outras classes será diferente; por exemplo, o contramestre é um virgula sete. Portanto, demos informação suficiente.

Tal como sabemos que é uma perfeita atoarda aquilo que foi dito, de que os pescadores recebem entre duzentos e não sei quantos contos e que chegam aos trezentos e cinquenta e aos quatrocentos, quanto o sindicato diz claramente o seguinte: “então se é isso que recebemos, então fazemos um contrato firme, por menos do que esse valor - cerca de duzentos contos, assinamos já e acaba a percentagem”; portanto, são argumentos perfeitamente falaciosos, se quiserem também comprovar tenho aqui declarações de IRS, feitas pelas empresas e não pelos pescadores, sobre os vencimentos de alguns desses pescadores, que podem comprovar até que ponto é que aquilo que nós dizemos corresponde à realidade.

Admito que a Assembleia se queira informar, por isso Sr. presidente, se o Sr. presidente entender, se a Mesa entender, adiar a votação - já não digo a discussão - adiar a votação desta moção, para o início ou para o fim de uma próxima reunião, por mim tudo bem.

Em todo o caso entendo que estes são os termos adequados do compromisso que assumi perante os pescadores e é nesses precisos termos, que aqui a apresento.”

Presidente da Mesa:

“Já agora sobre isto, eu penso que a problemática dos pescadores portugueses e europeus tem a ver com isto: há cada vez menos postos de trabalho, porque os barcos são sofisticados e exigem tripulações muito mais reduzidas; a fauna piscatória está em declínio - há carência de peixe; um factor também para ponderar é também que os barcos de pesca são subsidiados pela Comunidade, pelo Estado.

Uma informação quase a título de curiosidade: está previsto que dentro de dez anos 60% do peixe consumido na Europa, seja produzido em viveiros e não pescado; por razões de limitação das existências e por razões de defesa contra a poluição dos mares, que está gravosa.

Em termos jurídicos, este problema deve em primeira linha ser dirimido por negociação entre as partes interessadas, só no caso de ser solicitado o intermediarismo ou intermediarização do Ministério do Trabalho - que normalmente é deferido, é que pode haver uma atitude final radical do Governo - legislar unilateralmente, ponderadas estas situações, sobre esta matéria.

Vamos ao texto; nas moções não se votam os considerandos (os considerandos são estes apresentados, pode haver votações ponderadas, sobre outras razões de ser, com rejeição destas ou para além destas), irei por à votação exactamente por alíneas; parece-me pertinente dadas as posições já esclarecidas, por razões evidentes.

E assim se fará, salvo objecção relevante e essencial.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a moção, ponto por ponto, para os quais se verificaram os seguintes resultados:

Ponto n.º 1 - Aprovado por maioria (dez votos a favor e vinte e duas abstenções);

Ponto n.º 2 - Rejeitado (um voto a favor, vinte e oito abstenções e três votos contra);

Ponto n.º 3, alínea a) - Aprovado (cinco votos a favor, vinte e quatro abstenções e três votos contra);

Ponto n.º 3, alínea b) - Aprovado (cinco votos a favor, vinte e quatro abstenções e três votos contra).

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Sr. Presidente eu posso solicitar que para a acta fique transcrita a votação por bancada?”

Presidente da Mesa:

“Não é da praxe, é legítimo, legal, solicitava é que não se abrisse esse precedente que determina uma morosidade nos trabalhos, se passar a ser regra. Mas se o requerer eu farei consignar isso por bancadas.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Uma vez que não houve registo por bancadas, uma solução para isso era dar-nos um ou dois minutos para fazermos declarações de voto.”

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes Vogais:

Vogal Britaldo Rodrigues:

“A Bancada do PSD na Assembleia Municipal de Aveiro, expressa o desacordo pelo regime ainda do tipo feudal que preside à remuneração dos trabalhadores da pesca. Estando em curso uma greve no sector, e sendo exigível o entendimento entre as partes em litígio, considera esta Bancada que todas as acções devam ser desencadeadas para desbloquear a situação vigente.

Nestes termos, uma posição desta Assembleia, expressando uma opinião parcial relativamente à problemática, e mesmo que esta fosse ou seja maioritária, pode prejudicar a solução do problema e servir apenas para obter dividendos políticos.

Por considerarmos que o problema salarial existe, que deve ser resolvido, mas por a proposta inserta na moção poder não ser o melhor modo para aquela solução, a bancada do PSD abstêm-se nesta votação.”

Presidente da Câmara:

“Obrigado Sr. Presidente. Em primeiro lugar queria também associar-me ao regozijo que foi manifestado pelo Sr. Gaspar Albino e por outras pessoas aqui na Assembleia, sobre a entrada em funcionamento do Porto de Pesca de Aveiro, julgo que é um equipamento que já era indispensável há muitos anos e que vai continuar a permitir que Aveiro continue a ser o primeiro Porto de Pesca Longínqua do país.

Também queria manifestar a minha solidariedade aos pescadores de arrasto e à greve que estão a fazer há alguns dias. Eu não pude votar, mas quero publicamente testemunhar a minha preocupação e estaria disponível para fazer as diligências que fossem necessárias - acho que de facto com soldadas deste nível a luta que estão a travar parece-me justíssima e não tenho dúvidas em subscrever a preocupação que o Sr. Salavessa aqui trouxe a esta Assembleia.

Sobre o Património Arquitectónico, o Sr. Armando Vieira lembrou e bem, que Arte Nova não é só Aveiro, eu penso que de facto a ideia ali da Ana Macedo, não foi restringir Aveiro e nós temos tido essa preocupação. Ainda recentemente em Cacia, conseguimos salvar creio eu, uma casa com traços de Arte Nova muito bonita, que corria o risco de ser demolida e vejo que de facto os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia e os cidadãos em geral, que moram nas freguesias não centrais, estão já sensibilizados para a salvaguarda do património.

Queria também sublinhar e sobressair e isso não foi aqui feito e perdoem-me a imodéstia, mas acho que devemos fazê-lo, mas pela primeira vez Aveiro dotou-se de um roteiro de Arte Nova, publicou um livro de grande qualidade sobre Arte Nova, promoveu uma discussão séria onde trouxe dos melhores especialistas nacionais que calcinaram a importância científica e arquitectónica deste nosso património; era algo que andava no discurso das pessoas há muitos anos, mas que nunca tinha sido feito com esta intensidade, com esta abrangência e com este rigor, e que coloca definitivamente Aveiro como a capital da Arte Nova: editou-se um Cd-rom; editou-se um áudio, para que os turistas quando vão ao turismo possam ter uma explicação sobre as casas que estão a ver em função do roteiro que seguirem. Fez-se um excelente trabalho finalmente da Arte Nova e vamos continuar a fazer, porque temos que valorizar o património que temos e que neste caso é de facto muito interessante.

Depois as observações feitas pelo Sr. Prof. Henrique Diz e por outro deputados, a propósito da segurança. A segurança preocupa-nos com certeza, preocupa-nos sem dúvida nenhuma. Eu tenho repetido uma fórmula, é de que temos razão para estar atentos, alerta, mas não alarmados. E todas as medidas que poderem ser tomadas, para reduzir esse alarmismo, esse pânico e esse nervosismo que alastra muito facilmente, quando de facto se assiste a uma sucessão de assaltos, sobretudo tendo como alvo os estudantes, eu julgo que deveriam ser encorajadas e não tanto encorajarmos outras que vão avolumar esse sentimento de medo e de insegurança, que de todo não tem correspondência com a situação no terreno.

Neste momento estou melhor informado, a situação é difícil não há dúvida; há situações de pessoas que são assaltadas e a Associação Académica recebe queixas de assaltos, às vezes duas vezes por dia e isto é sinal de facto, de que as coisas estão a correr muito mal. Mas também sabemos e ninguém o desmentiu que o grupo está devidamente identificado; alguns já detidos; alguns fazem parte de programas de acompanhamento social e é portanto preciso repensar esses programas: o que é que está a falhar, uma vez que de facto, eles em principio deveriam estar a ser bem sucedidos. Quer com isto dizer que se trata de um grupo restrito, delimitado,

mas como directa ou indirectamente, está dependente do consumo de droga - para si ou para terceiros, vê-se compelido a fazer estes pequenos assaltos, para adquirir de facto a droga. São pessoas com quem os polícias conversam, eles são menores não podem ser presos; conhecem a situação familiar, sabem que oitenta por cento dos casos são de famílias mono-parentais e outras coisas piores. Precisam de facto de muita assistência e muita integração, não é com uma grande repressão que lá se vai, porque os Polícias conhecem-nos perfeitamente e temos que estar atentos e dar um sinal de autoridade, porque senão também se gere algum sentimento de impunidade - e como dizia o Padre João, nessa reunião do Conselho Municipal de Segurança, “eles sentem-se heróis agora; finalmente alguém fala de nós agora, somos uns valentões que conseguimos assaltar com êxito as pessoas.”

A solução está mais nas causas, sem prejuízo de algum reforço da Segurança que se tem vindo a fazer ali, alguma tem sido feita não obstante esquecidos os meios, uma presença que é discreta, mas que tem sido feita e portanto, eu diria que esta Câmara, além de continuar muito atenta e continuar a exigir do Governo o reforço dos meios de Policiamento e patrulha que são insuficientes em relação à área do Concelho que cresceu muito e aos problemas do Concelho que cresceram também muito, julgo que deve sobretudo apostar na reformulação e no reforço dos programas de assistência naquele bairro e noutros igualmente carecidos.

Se se estivesse sobre um movimento generalizado de aumento desenfreado da violência, a terapia tinha que ser outra; mas não é esse o caso, portanto, temos de adequar à situação presente.

De resto: mau planeamento das actividades lúdicas, e eu queria-lhe também dizer e reconhecer que a Associação Académica tem feito um excelente trabalho, de acompanhamento social, participou nalguns programas, no programa Santiago/Griné designadamente; e portanto, eu diria apenas que agora estejam a fomentar deliberadamente, a deixar que esta onda de nervosismo e medo esteja a alastrar. Porque tem gente que já mostrou ser capaz de ver o caminho certo e justamente de acalmar as pessoas e fazer um trabalho muito útil no terreno.

Depois quanto aos meios Policiais, vale a pena lembrar que hoje mesmo houve uma visita às obras que estão a decorrer no quartel da GNR no Griné, o que só por si vai implicar de facto o reforço dos meios de patrulha em Aveiro e a intenção da autarquia, que já está articulada com a autoridade da tutela, é de manter em todo o caso, uma esquadra de vocação urbana, porque de facto todo o espaço a controlar é muito grande.

Quanto ao mau planeamento das actividades lúdicas e a articulação do direito ao divertimento e ao lazer - com o direito ao sono e ao descanso; de facto talvez tenha sido mal planeado, mas nós tivemos a vontade de corresponder aos anseios da Associação Académica. E a Associação Académica queria aquele sitio, e foi para aquele sitio. Partimos do principio que as coisas correriam um pouco melhor do que correram; de facto nos dois primeiros dias correram mal e eu recebi alguns telefonemas às tantas da manhã em casa - porque era o grande responsável.

Houve de facto exageros, mas são exageros que temos que compreender e sei também que a Direcção da Associação Académica fez um esforço a meio da semana para que as coisas corresse de outra forma. A verdade é que as pessoas não conseguem dormir, quando têm aquela voltagem toda em cima dos ouvidos; para o ano eu tenho já uma solução que queria propor à Associação Académica para ver se não criamos de facto ali situações de atrito e mesmo de conflito. Porque, e é preciso reconhece-lo, a Associação Académica trouxe este ano um excelente programa a Aveiro; e portanto, se nós tivermos a possibilidade de encontrarmos um sitio adequado com boa capacidade, vamos conseguir agradar a gregos deixando os troianos a dormir ou o contrario.

Depois o senhor professor disse que o Sr. Ministro Manuel Maria Carrilho tinha vindo a Aveiro prometer verbas para 2006 e que andava a fazer flores com promessas. Eu acho que ele está de facto muito à vontade, porque felizmente ele pode fazer algumas promessas porque já deixou cá algumas flores; se temos o Teatro Aveirense, se temos o Museu de Aveiro recuperado como está

agora, se temos os painéis da Igreja das Carmelitas, e a vontade já (administrativa) de a recuperar definitivamente, a inauguração do Efémero também. Tudo isto devemos ao Sr. Ministro da Cultura; e portanto, quando ele anuncia um milhão para Aveiro, eu com base nas provas dadas eu acredito - vamos ver se ele é bem sucedido depois nesta negociação.

Sr. Deputado Diogo Machado, associo e amplio o voto que deixou pelo sucesso do Beira Mar no Jamor; já o disse aqui, creio que na última Assembleia, gostaria que fosse além de um excelente momento desportivo e de futebol, uma grande festa de Aveiro no Jamor e portanto, estamos em colaboração com a Direcção do Beira Mar e com a Associação de Futebol de Aveiro, a organizar as coisas para que possa haver transporte para toda a gente, para que vão as fanfarras, as bandas, para que vão todas as forças vivas de Aveiro. Sabemos que os Alentejanos estão a fazer o mesmo já, com cantares Alentejanos, mas as nossas trompetes têm muito mais força. Julgo que vai ser uma festa muito bonita e portanto, serão fretados as camionetas que serão necessárias e os comboios que forem necessários, para que tudo se possa transformar numa belíssima festa.

Depois temos o incêndio; para já eu queria esclarecer uma coisa: não ardeu a Fábrica da Pinheira, daí que fiquemos todos descansados quanto ao património municipal, a única coisa que ardeu foi um barraco velho (um anexo), que estava com papel. Está um inquérito a decorrer, exactamente ao que se passou; em todo o caso o papel estava indevidamente armazenado, porque tinha sido já objecto de uma hasta pública e ainda não tinha sido retirado. A explicação imediata que nos deram foi essa.

Agora não posso de todo é partilhar as considerações que fez sobre a eficácia e a eficiência da nossa Protecção Civil Municipal. Eu devo dizer-lhe que desde que entrámos em funções, o que se passou foi uma situação muito diferente em relação àquela que tinha a Protecção Civil. Antes sim, a Protecção Civil não tinha um telemóvel, não tinha onde dormir, tinha dificuldades de transporte, não tinha fardamentos próprios, etc.; tudo isso nós fizemos, equipámos a Protecção Civil com meios que ainda não são suficientes, mas que já são dignos, por isso eles aparecem agora com fardas que se vêm à noite como devem ser. E eles têm tido uma actuação muitíssimo eficiente, como sabe a Protecção Civil deveria coordenar todo um esforço de protecção civil e também os bombeiros - é uma actividade de coordenação. Por razões de circunstância que conhece melhor do que eu, há neste momento alguns canais de comunicação entre a Protecção Civil e os Bombeiros e os Bombeiros entre eles, que não estão a funcionar bem - tanto quanto me posso aperceber. Mas verdade seja dita, quando há um sinistro, esses canais funcionam sempre bem e naquele dia à noite, eu por acaso passei por lá no incêndio - vínhamos a passar com os nossos convidados de Arcachon e tive a oportunidade mesmo de presenciar o incêndio: estava a Protecção Civil, estavam as duas corporações de Bombeiros, não haviam nenhuns problemas entre eles, toda a actividade foi bem coordenada; os nossos Serviços Municipalizados também foram a certa altura solicitados e portanto, penso que correu muito bem não houve danos pessoais, felizmente. O Plano de Emergência, penso que de facto está elaborado, que está para apreciação, para parecer das autoridades nacionais, que têm que dar um parecer sobre o nosso Plano Municipal.

Sobre a intervenção do Sr. Prof. Britaldo Rodrigues em que falou sobre a Lota, naturalmente, também consideramos e já tínhamos antevisto isto, é agora muitíssimo urgente que a Lota seja objecto de uma intervenção urbanística, sabemos que uma equipa do Arq. Nuno Portas, já entregou à APA a segunda fase dos estudos, nós ainda não recebemos, mas temos alguma expectativa em que isso de facto ande muito depressa.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Há o problema da conceptualização, isso é que me preocupa.”

Presidente da Câmara:

“Claro! Mas são esses estudos sobre a Lota, que eu creio que o Dr. Raúl Martins já tem nas mãos - estamos portanto nessa fase.

Queria dizer à Dr.ª Virgínia Veiga, que lamento de facto, se o nosso protocolo, e a organização do jantar, correu mal; quero reconhecer que aquele jantar foi organizado em condições particularmente difíceis para os nossos Serviços, porque estávamos em plenas mudanças e Festas da Cidade ao mesmo tempo, foi um esforço enormíssimo e muito louvável, que os funcionários tiveram que fazer durante esses dias e em especial nesse dia, porque foi o Dia da Cidade, foi o dia desse jantar e estávamos como digo, em processo de mudanças.

Agora saber se servimos melhor os Deputados Europeus, ... eu penso que eles se calhar contentam-se com menos - umas pizzas; se calhar foi só isso que aconteceu. De facto, recorremos na altura a um apoio externo porque era muito mais gente, era a realização de um congresso, tinha exigências complementares do que a do jantar, obviamente.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Mas a Câmara pagou esse jantar?”

Presidente da Câmara:

“Sim, a Câmara ofereceu esse jantar. Mas também já se fez no tempo do PP e obviamente estamos interessados em que venham cá todos os grupos parlamentares europeus; é sempre interessante.

E pronto, de uma maneira geral penso que respondi a todas as perguntas. Muito obrigado.”

Entretanto entrou na sala o vogal José Augusto Fernandes Júnior.

Vogal Diogo Soares Machado:

“Muito rápido, Sr. Presidente. Primeiro para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, que parece que não levou muito a sério a minha questão sobre o Plano de Emergência Municipal.

O Plano de Emergência Municipal, e Aveiro será talvez das últimas cidades do país e concelhos a não o ter pronto e apresentado e em vigor. Porque o Plano de Emergência Municipal, como o Sr. Presidente da Câmara saberá e o Sr. Vereador Eduardo Feio também, é exactamente aquilo a que se obriga a Protecção Civil Municipal. É digamos, que a razão de existir da Protecção Civil Municipal. A Protecção Civil Municipal, nasce, com a obrigatoriedade de construir um Plano de Emergência Municipal e, portanto, tudo o resto - e eu lembro-me que já no anterior mandato (e não é por agora o Executivo ser Socialista, que eu estou a fazer esta crítica, que já a fiz no anterior mandato e há quem se lembre disso e está nas actas), tudo o resto, é pôr a carroça à frente dos bois: os telemóveis, os rádios, as fardas, os veículos que o Sr. Presidente já comprou a mais, as pessoas que já contratou a mais - isso é pôr a carroça à frente dos bois, Sr. Presidente.

Porque não há um Plano de Emergência Municipal em vigor. E tem que haver! Porque só assim é que nós sabemos e podemos coordenar; e atenção que a responsabilidade da Protecção Civil Municipal não é coordenar - a responsabilidade de coordenar é da Protecção Civil Distrital, que tem que coordenar as protecções civis municipais, como tem que coordenar as corporações de bombeiros de cada concelho, como as forças de outro tipo. E a Protecção Civil Municipal, em conjunto com os Bombeiros, porque se têm que coordenar? Porque são os que têm força de intervenção no terreno, Sr. Presidente.

Agora aquilo que eu digo é que, é absolutamente necessário que esta questão se encare a sério, seja o Vereador do Pelouro A, B, C ou D; sejam os Comandantes dos Bombeiros de A, B, C ou D; seja quem for, é absolutamente necessário, porque um Plano de Emergência Municipal, neste momento em Aveiro, provavelmente poderia ter impedido que coisas como o “Armazém da Pinheira” acontecessem. Coisas como o Sr. João Barbosa anunciou aqui (não quis dar o nome

aos bois) de armazenamento de materiais inflamáveis em prédios da zona urbana desta Cidade; se calhar não aconteceriam. É por isso que eu falei, não tem nada a ver com questiúnculas pessoais, partidárias, políticas, etc., não tem nada a ver com isto. É porque, é uma necessidade Sr. Presidente.”

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente dois assaltos por dia, na população universitária, é preocupante. Portanto, não é exagero nenhum que a Associação Académica, manifeste uma preocupação grande perante a situação e que exija medidas de todo o tipo, nomeadamente preventivas com a presença Policial, que evitem este tipo de situações.

Eu tive oportunidade de participar, em parte, na última RGA - Reunião Geral de Alunos, e o tom da RGA foi um tom equilibrado, foi um tom que procurou ir ao fundo das questões e ao entendimento, que é necessário outra intervenção por parte da própria Associação e dos estudantes, ajudando nos programas sociais. Mas penso que também tem toda a legitimidade a manifestação da próxima quinta feira, em que os estudantes vão chamar à atenção das entidades publicas, para a necessidade de medidas concretas que acabem com a situação actual, que é de facto profundamente perturbadora, principalmente daqueles que residem no Campus Universitário.”

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“Em relação à questão da segurança, também eu, tal como o Sr. Prof. Henrique Diz, não pedi maior repressão. O que pedi foi mais Polícia efectivamente presente, mais visível, mais activa e se está aí nalgum sitio onde a gente não a veja, então nesse caso, menos contemplativa.

Em relação às questões que eu costumo colocar, folgo em saber que estou a melhorar a minha posição, ficaram só os jardins por responder. Pus duas questões, foi respondida uma.”

Vogal Henrique Diz:

“Eu de facto devo corroborar as palavras do Sr. Deputado António Salavessa, penso que os estudantes da Universidade de Aveiro, têm revelado nesta questão toda, relacionada com a segurança, uma maturidade que nós devemos realçar. Essa maturidade infelizmente, não tem sido revelada pelas autoridades competentes, na medida em que têm ignorado o problema e deixaram que ele atingisse este estado.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Pegando no que acabou de dizer o Prof. Henrique Diz, esta maturidade é importante não só no aspecto de preservar as pessoas de serem molestadas, mas também porque têm insistido na reinserção social. Esse é um aspecto muito importante; acabar com a exclusão social e aí também a Associação Académica manifestou esse interesse.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, ao qual se seguiu um intervalo para jantar.

2ª PARTE

Pelas 22:30 horas, foram retomados os trabalhos, presididos por Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos na qualidade de Primeiro Secretário e pelo Vogal António Sousa Dinis Correia na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior,

João Pires da Rosa, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, António Ildebrando Nunes Costeira, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Jorge Carvalho Arroteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madaíl da Silva, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Armando Manuel Dinis Vieira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, João José Ferreira da Maia, Dinis Marques, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Nuno Teixeira Lopes Tavares, Victor Manuel da Silva Martins, João Pedro Simões Dias, Luís Miguel Capão Filipe, Manuel Simões Madaíl e Élio Manuel Delgado da Maia.

Retomados os trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa deu continuidade à ordem de trabalhos prevista para esta Sessão, nomeadamente o ponto n.º 2, que tinha sido iniciado na última reunião.

PONTO N.º 2 - CÂMARA MUNICIPAL - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA RELATIVOS A 1998.

Vogal António Manuel Coimbra:

“Bom, eu vou tentar retomar o que tinha para dizer já há uns dias atrás, em que estávamos a fazer a apreciação do relatório de actividades da Câmara Municipal e gostaria primeiro de dizer que, este relatório espelha como é óbvio, que é uma Câmara nova. E por isso, sendo uma Câmara com um novo Presidente de Câmara, é claro que há ideias que estão expressas neste relatório, que são ideias novas, mas outra coisa não seria de esperar; de maneira que por aqui nada de anormal se me afigura.

Gostaria de centrar esta minha apreciação deste Relatório de Actividades, em três linhas que acho que são linhas mestras: a primeira, diz respeito ao aumento do endividamento.

O endividamento da Câmara Municipal, passou de um milhão e seiscentos mil contos, para três milhões e quinhentos mil contos. Quer dizer, que há uma dívida que duplicou em dois anos; é a primeira linha mestra que nós temos em dois anos, neste Relatório de Actividades.

A segunda linha mestra, diz respeito à diminuição drástica das receitas de capital. Diz o relatório que foram trinta e três por cento, em relação ao previsto. Só que no previsto não estava o empréstimo. É que se nós descontarmos um milhão de contos, do empréstimo que está nas receitas de capital, então quer dizer, que essas receitas ainda seriam muito mais baixas do que aquilo que seria previsto. Fala-se em crescimento das receitas de capital de treze por cento, isto assumindo que houve um empréstimo de um milhão de contos. Se nós retirarmos este valor do empréstimo, poderíamos dizer que não houve empréstimos no ano anterior, quer dizer que estas receitas de capital, em relação ao ano anterior, sofrem é um decréscimo de cinquenta por cento. E penso que são esses os valores que nós temos que reter; é que as receitas de capital, diminuíram cinquenta por cento.

A terceira linha mestra, diz respeito ao aumento das receitas correntes. Esse aumento das receitas correntes, diz respeito ou incidem essencialmente, sobre impostos. E os impostos onde incidem estas receitas correntes tem haver essencialmente com a SISA. A SISA, não é mérito nenhum para uma Câmara Municipal, ainda por cima recém chegada ao Poder Municipal.

Porque a SISA é proveniente de investimentos que se fizeram ao longo do tempo. Quer dizer que um aumento de SISA hoje, diz respeito a investimentos que se fizeram há pelo menos dez anos atrás.

Por isso estas três linhas mestras, mostram-nos que em grosso modo, não vejo que tenha havido

uma política de aumentar as receitas desta Câmara Municipal, antes pelo contrário, há uma mera gestão de algumas receitas que foram sendo geradas e pouco mais do que isso.

Um milhão a mais de despesa. Um empréstimo de um milhão, quer dizer, não verifico que haja nenhuma evolução em termos de montantes despendidos por esta Câmara, nem em termos de receitas, nem de despesas e por isso concluo-o ter havido uma estagnação.

Gostaria também de me referir à questão do trânsito que foi também abordada pelo Sr. Presidente da Câmara na altura em que fez a exposição do Relatório de Actividades, e em que falou na duplicação do estacionamento no centro.

Eu não sei como é que se pode conceber o estacionamento em Aveiro, sem equacionarmos o problema das linhas férreas. É central; Aveiro tem três estações da Linha do Norte. Nós não nos podemos esquecer que Cacia, Aveiro Cidade e Quintãs, têm estações da Linha do Norte; e mais, temos também a Linha do Vale do Vouga, com várias estações: começando por Esgueira, Azurva, Eixo, Horta, Eirol, por aí adiante. Por isso há um conjunto de acessibilidades que deviam ser exploradas pela Câmara Municipal e que não têm sido exploradas. E por isso quando se fala em equacionar o estacionamento em Aveiro, uma das prioridades em termos de parques de estacionamento seria junto à estação da CP; junto ao Centro Coordenador de Transportes; e por isso para mim, esse seria o parque de excelência, que podia acolher todos aqueles que depois pudessem circular livremente pela via férrea - e nós devíamos potenciar muito mais a via férrea, do que aquilo que tem sido feito, muito pelo contrário, que se tem esquecido; e que não pode nunca ser esquecido em Aveiro devido a este potencial que nós já ganhámos em termos de mobilidade dos nossos cidadãos pela via férrea.

Por isso quando falamos em parques de estacionamento na periferia, eu se calhar estava a imaginar um parque de estacionamento em Cacia, para que as pessoas pudessem vir de comboio para Aveiro, porque a regularidade dos comboios, é de meia em meia hora; e afinal é tanto como é um prioridade da Câmara quando diz que os autocarros deveriam andar com uma periodicidade de meia em meia hora, porque aquilo que acontece é que os autocarros passam por uma paragem em muitos sítios de hora à hora, ou seja, temos um comboio que nos serve muito melhor se calhar; temos é que rentabilizar estes recursos que nós não temos ainda neste momento rentabilizados e por isso a rede dos Serviços de Transportes Urbanos de Aveiro, devia estar conciliada com a rede ferroviária que nós felizmente já temos e que se calhar podia ser potenciada.

Por isso quando nós falamos em parques pagos, e falamos em “park-and-ride”, quando falamos nos “mini-bus”, eu penso que ainda há muito trabalho se calhar a fazer, para poder coordenar o nosso trânsito na Cidade. Por isso eu gostaria de ver solucionado de vez, o problema dessas acessibilidades ao Centro Coordenador de Transportes, é essencial e acho que este Relatório de Actividades mostra que em termos de trânsito esta Câmara falhou redondamente nas propostas que nos trouxe no início com o seu plano de actividades para noventa e oito no que diz respeito ao trânsito e às soluções de trânsito que nos trouxe. E não se resolvem com parques de estacionamento pagos, no centro da cidade.

Gostaria só de focar um outro ponto, que tem a ver com a ocupação do auditório do Centro Cultural e de Congressos. Não há dúvida que nós temos muito boa ocupação do auditório do Centro Cultural e de Congressos; agora, eu não concebo é como é que nós em Aveiro, continuamos a ter muito boa ocupação do nosso auditório, cada vez mais nós temos congressos internacionais, congressos nacionais, que envolvem muitas pessoas, que trazemos muitas pessoas a Aveiro e continua a não haver nenhum esforço da autarquia para que haja um aliciamento dos hoteleiros para poderem investir em Aveiro.

Acho que era prioritário que Aveiro pudesse oferecer hotelaria em quantidade e em qualidade e em quantidade até para potenciar estas infra-estruturas, que nós neste momento temos. Para já ficava por aqui. Obrigado.”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente. Apesar de já não ser tão delicada a minha intervenção, como a do Prof. Manuel António, de facto, a situação ter sido coarctada a anterior Assembleia, prejudica de facto porque eu tinha aqui alguns apontamentos referentes a intervenções de outros e que de facto já são manifestamente descabidas.

De qualquer modo não quero deixar de referir a grata satisfação que tive na apresentação do relatório na anterior reunião, porque pela primeira vez se deu aqui, aquilo que quase podia ser um paradoxo na apresentação, que é, face a um documento eminentemente retrospectivo, a Câmara Municipal tenha trazido aqui precisamente uma ambiência prospectiva, ou seja, não se limitou a dizer o que tinha feito para trás, mas sobretudo o que está a fazer.

Queria no entanto, também, penso que a Câmara não deixará de o fazer, mas de registar embora sempre insuficiente, o acréscimo na Acção Social, nos investimentos na Acção Social. Confesso agora, que não sei a autoria da intervenção, que precisamente pretendia demonstrar uma pretensa diminuição. Ou seja, até este relatório todos os outros, no capítulo de Acção Social, vinham abrangidas verbas relacionadas com a construção das Juntas de Freguesia, que manifestamente não é um item de Acção Social, será obviamente um investimento mas não com este cariz e que obviamente inflacionava as verbas da Acção Social propriamente dita, que assim surgem de forma muito mais transparente; e comparados os números, demonstram que há um reforço no investimento na Acção Social, que obviamente não podemos deixar de saudar e incentivar que se continue a ser reforçado.

Relativamente a algumas questões que me coloca, eu gostava de inquirir o Sr. Presidente da Câmara, enquanto exponente deste relatório, sobre uma série de questões; designadamente: saber como é que estamos em matéria de sindicâncias que foram levantadas desde inícios de noventa e oito. Gostava de saber se já há decisões, porque como V.Ex.a refere no relatório «tais sindicâncias foram necessárias para repor o rigor e moralizar a gestão municipal.» Penso que a moralização da gestão municipal, só é compaginável com a resolução rápida desse tipo de questões.

Europa dos Pequenos; eu gostava de saber, Sr. Presidente, qual é neste momento face a algumas notícias que surgiram na comunicação social durante o fim de semana, quais são as evoluções ao nível do Ministério do Ambiente e das questões com ela mencionadas, relativamente à possibilidade ou não, de implantação nos terrenos que estão previstos, uma vez que, salvo erro no Semanário “Expresso”, vinha um artigo em que refere que “difícilmente virá a ser aprovada a implantação do Europa dos Pequenos, naqueles terrenos” e, portanto, confrontado com essa novidade gostaria de ver o que é que vossa excelência sabe sobre isso; se é que alguém comunicou tal coisa.

Para não correr o risco de não repetir intervenções anteriores, e em prole do rápido decorrer destes trabalhos, ficava por aqui.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Sr. Presidente. No meu entender, se alguma coisa caracteriza este relatório de actividades, que partilhando da opinião do distinto orador que me antecedeu, com a sua proverbial, já habilidade, em defender e bem apoiar o Executivo que sustenta de facto, veio aqui fazer uma defesa por antecipação, dizendo que este relatório, afinal é um documento ao contrário daquilo que devia ser. Em vez de relatar aquilo que o Executivo fez, “é um documento prospectivo”, quer dizer, é um manifesto de intenções. Eu dou-lhes os parabéns por reconhecer esse feito, porque realmente também tenho essa opinião.

E se alguma coisa mais caracteriza este relatório, no meu entender é de facto a ideia de continuidade. E quando digo isto, não estou aqui a tecer qualquer crítica negativista ao Executivo. Porque isto vem afinal, na linha do reconhecimento que o Executivo segundo uma ideia, no meu entender, de bom senso, da obra que o Executivo anterior vinha fazendo.

Portanto, eu realmente daqui, daquilo que se fez e do que consta desse relatório que é a ele que temos de nos ater, para além digamos assim, da intenção prospectiva, nada do que aqui diz este relatório, para mim de facto, é novidade - tudo o que aqui está traduz uma ideia de continuidade e devo dizer-lhe, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Membros do Executivo, que nesse aspecto têm o meu inteiro apoio. Quer dizer, não foi vã e fica bem o reconhecimento do bom trabalho que foi feito até determinada altura.

Disse o Sr. Presidente da Câmara na sua intervenção preliminar que este Executivo realizou financeiramente sessenta e sete por cento do orçamento, já aqui foi dito e eu sublinho que sessenta e sete por cento (numa linha de seguidismo), é exactamente o índice de realização financeira do Executivo anterior. Independentemente disso há aqui mais uma verba de gastos, de seis mil cento e quarenta, para cinco mil cento e setenta e cinco, consta da receita um empréstimo de novecentos e setenta mil contos, empréstimo a médio e longo prazo, está aqui a explicação para um maior índice de realização. Mas em contrapartida, ao contrário do que víamos em relatórios anteriores, não vemos aqui onde esteja a capacidade do Executivo, para por exemplo demandar apoios comunitários - há uma nítida redução dos apoios comunitários, não está espelhado, não existe sequer.

A certa altura do relatório fala-se em que os custos com o pessoal estão aquém dos índices legais - daquelas percentagens, que em função da receita apontariam como gastos possíveis deste município de um milhão e cerca de oitocentos mil contos, e o Sr. Presidente no seu relatório diz brilhantemente, como é seu apanágio, que o Executivo só gasta um milhão e duzentos mil contos. Portanto, isto está manifestamente e formalmente, aquém dos índices. Mas agora temos de nos questionar com estoutra realidade que é importante que se tenha presente: eu sou apóstolo de que o Executivo deve, como se diz na gíria futebolística, “fazer correr a bola” e não andar a trás dela. Isto para rebater, determinadas ideias de que o Executivo deve, ele próprio, fazer o serviço. Eu sou defensor de que o Executivo deve contratar Serviços; e quando aqui se fala, por exemplo, que é uma má aposta, isto da SUMA e outros Serviços - eu digo que não é uma má aposta. O Executivo deve contratar Serviços, deve multiplicar o seu braço e fá-lo através de terceiros, quando contrata Serviços - mas cuidado?! Quando contrata Serviços, tem por obrigação, e é aqui que eu queria conduzir os senhores da Assembleia: quando contrata Serviços tem de pensar que já não vai contar com este índice de gastos em pessoal; porque se contrata Serviços, não precisa de ter Servidores. E portanto, quando o diferencial está só numa percentagem de dez por cento ou quinze por cento, é preciso ter em atenção que se se contratam Serviços fora, será de boa gestão que se tenha isso em consideração. Quando a Câmara gasta um milhão de contos, com a SUMA, deve fazer reduzir esse impacto nos custos com o pessoal; porque se tivesse de fazer esse Serviço, estaria para além dos índices que a lei lhe permite.

Portanto, cuidado Sr. Presidente da Câmara, cuidado ao Executivo, com esta ampliação que se prepara para os quadros de pessoal, através do projecto que nos trás aí, ainda no âmbito desta Sessão.

O Sr. Presidente falou em preservação do ambiente e nesse sentido, dando seguimento ao que vinha de trás, o acordo de lixos com a ERSUC, mas nada disse quanto a qualquer preocupação em que três municípios do norte do distrito, se tivessem agregado a nós para depositarem os lixos na nossa lixeira; nada disse sobre o encurtamento do prazo da lixeira em Cacia, se em vez de dez anos deve reduzir-se proporcionalmente ao peso do lixo que esses Executivos trazem para o Concelho, porque isto afinal, quer dizer, nós somos solidários, mas não somos depositários do lixo permanente. Portanto, quando se pensou em trazer os lixos de vários municípios para aqui, o facto de se terem acrescido três municípios e daqueles que maior quantidade de lixos fabricam, deviam ter tido isso em consideração, para diminuir a duração.

Nada nos diz no relatório quais foram as diligências feitas pelo Executivo, no sentido de se apurar qual será o próximo município, porque qualquer dia temos aí um problema parecido

com o que houve outrora e recentemente entre Estarreja e Ovar.

De Planos de Pormenor o Executivo fala sempre em coisas vagas e pouco concretas em termos dos munícipes saberem quando de facto vão ter Planos de Pormenor. Os verbos ali empregados são: acompanhámos, reunimos, estudámos, solicitámos. Fizemos - nada! Quer dizer, não encontro o verbo fizemos! Eu compreendo perfeitamente esta ideia de o Executivo quer trazer no ar esta bola de sabão dos Planos de Pormenor, porque é sabido que Plano de Pormenor aprovado dá garantia aos munícipes; enquanto dá garantias políticas aos munícipes, cerceia as garantias do Executivo. Com alguma compreensão, não quero ver cerceada essa ideia.

Depois e isto é importante, o munícipe quando vê Planos de Pormenor aprovados, têm a garantia de que o município assim que aprova os Planos de Pormenor, tem que fazer as obras completas de infra-estrutura; portanto, investe e o munícipe quando constrói ou quando faz algo, sabe que o faz com segurança. Claro que ao município não lhe interessa muito isso, porque enfim, vai conseguindo as licenças e os alvarás, com obras de infra-estruturação a meio, que cerceiam as possibilidades e tira garantias de condições a quem quer construir, isto é, aos munícipes. Portanto, é urgente que se labore nos Planos de Pormenor; e depois ainda outra coisa, enquanto não há Planos de Pormenor o Executivo vai conformando a Cidade e vai dando forma a Cidade, segundo o seu conceito que a Cidade deve ter. Mas o conceito para a informação da Cidade, não é propriamente do conceito do Executivo, é desta Assembleia Municipal; podia ser do Executivo, eu até nem estou em desacordo, mas não é assim - a esta Assembleia é que compete dar forma à Cidade. E portanto, quando o Executivo não trás aqui os Planos de Pormenor, está ele próprio - Executivo - de certa maneira, e com todo o respeito, a abusar do poder que tem.

Habitação Social; foi enorme o trabalho do Executivo anterior. Este Executivo limitou-se agora a fazer - não quer dizer que isto esteja mal - dezoito fogos e mais cinco casas noutra sítio (vinte e três fogos), não precisou de fazer mais, felizmente! É bem que se sublinhe este aspecto, digamos que o que o Executivo anterior preparou de benéfico para este, é que isto da habitação social, não é coisa que agrada a Executivos, porque normalmente retira votos - ao contrário do que parece. As casas nunca chegam para a procura e quando no fim da oferta e dos concursos, alguns são contemplados, muitos não são (e são mais os que não são do que os que são) - e são esses votos perdidos. Isto é quase dos compêndios dos autarcas, que não devem investir em habitação social e fazem-no sempre com renúncia, atacando os problemas de frente, não os ignorando.

É evidente que este Executivo encontrou essa obra feita, mas é bem que se realce o mérito do Executivo anterior, em afrontar este problema que de certa maneira não o favorecia. Portanto, este Executivo não precisou de fazer; ainda bem que é assim.

O Mercado de Santiago, é obra que está parada incompreensivelmente há não sei quando tempo, já vem do Executivo anterior; mas quando o Executivo anterior tirava o pé do estribo para se apeiar na estação do acto eleitoral, aquilo lá ia andando; agora com este, o comboio retomou a marcha, mas o Mercado de Santiago ficou no estado em que parou, pura e simplesmente.

A Capitania; claro que aquilo não é obra da Câmara, mas é preocupação de todos nós, ver ali um edifício com a importância que aquele tem para a Cidade, para a panorâmica da Cidade, vê-lo ali amarrado com aquele travejamento de ferro, sem que ministro (da cultura ou os de outros ministérios), venha à Cidade e não se apercebem daquilo. Que promovam de facto o andamento e o desbloqueamento do impasse que ali se gerou, para todos nós desagradável.

Subsídios a Associações; eu gostaria e aqui faço uma pergunta: qual é o critério que presidiu à atribuição do subsídio? Ou se este Executivo tem instituído algum critério (pré-constituído), para a atribuição destes subsídios? Qual é o hábito seguido, neste capítulo? E é tudo. Obrigado.”

Entretanto entrou na sala o vogal Raúl Ventura Martins.

Vogal Diogo Soares Machado:

“Sr. Presidente, poderá parecer fastidiosa a minha intervenção, no seguimento do meu colega de bancada o Dr. Jorge Nascimento, mas realmente há algumas coisas que não foram ainda ditas, há outras que precisam necessariamente de ser enfatizadas.

A primeira (com esta começo e com esta terminarei), e justificando alguma atitude subsequente, é claramente afirmar que a sensação que perpassa e a certeza que poderá ficar ao analisar este documento, é que ele é tudo, na forma em que está exactamente aqui apresentado, menos um relatório de actividades do ano passado; isso é óbvio.

É óbvio e não será preciso grande esforço para se constatar, porque temos logo na primeira página a adjudicação das obras dos Paços do Concelho, eu perguntava: quando é que foram adjudicadas? E quando é que se vão iniciar? E quando é que se vão acabar?

Temos por exemplo, a segunda fase da recuperação dos muros da Ria, eu perguntava: quando foi adjudicada a obra? Quando é que se vai iniciar? Quando é que vai terminar?

Temos o célebre Lago, eu perguntava: quando é que foi adjudicado (se é que já foi adjudicado)? Poderá muito bem ter sido; não que esta Assembleia tenha que aprová-lo ou deixar de aprovar.

Mas o projecto, digo eu, se já foi adjudicado, se não foi? Se já começou com alguma obra?

Visivelmente sim. As obras já começaram, pelo menos a tiragem de aterro, e perguntava também: porque é que começou essa tiragem de aterro? Ao abrigo de que projecto? Ao abrigo de que autorização? Ou ao abrigo de que negócio excepcional que poderá ter aparecido à autarquia, para uma qualquer empresa retirar aquele aterro a custo zero, para utilizar em obras suas. Se calhar poderá ter sido esse o caso, não sei.

As obras da Capitania foram iniciadas não em noventa e oito - se calhar foram iniciadas antes?! Mas não, foram em noventa e oito Sr. Presidente.

E em relação a este pequeno parágrafo das obras da Capitania, e por isso é que fica um pouco em todos nós, creio eu, aqueles que temos que pôr outro tipo de apreciação nestas coisas que não só a apreciação da defesa - e creiam que eu também tenho alguma experiência, não muita, do que é a permanente e constante busca de argumentos para defender, algumas vezes defender algumas coisas que não são tão defensáveis como isso, também já fiz isso num passado que não tenho particular saudade, é apenas um passado - mas agora que estou nesta posição talvez mais cómoda, é com algum espanto que no Relatório de Actividades que data de vinte e cinco de Março de noventa e nove, o Sr. Presidente da Câmara diz que «as obras da Capitania foram também iniciadas e o edifício está já estabilizado, esperando-se agora a rápida conclusão de um imóvel tão emblemático». Excepcional! Palavra de honra, que quem lesse e não lesse mais nada, até poderia ficar esperançado de que realmente tão emblemático imóvel rapidamente seria restituído, nas suas primordiais condições à Cidade e aos seus habitantes. Mas não; vai ser restituído à Cidade e aos seus habitantes, torto por fora e direito por dentro. Afinal de contas vai ser restituído à Cidade e aos seus habitantes como a “Torre de Pizza” da nossa Cidade - com menos alguns metros de altura, mas a torre de pizza.

O que me parece claramente Sr. Presidente, é que entre um texto e outro, apesar de decorrido um mês (menos de um mês, três semanas), entre um texto e outro não diz a “bota com a perdigota”, porque o Sr. Presidente até estava pouco entusiasmado com aquilo que comunicou a um jornal desta cidade (semanário), em relação à Capitania, ironicamente até, creio eu, não está nada entusiasmado e não tem perspectivas sobre quando a obra vai acabar. Ora, já anteriormente o senhor aqui foi questionado sobre as obras da Capitania e já anteriormente o senhor respondeu, aquilo que veio responder em vinte e cinco de Março, no Relatório de Actividades.

Porque motivo é que o Sr. Presidente, três semanas depois, vem dizer publicamente que “afinal de contas as coisas não eram bem assim”. Estranha-se, Sr. Presidente! Estranha-se até porque

a linguagem que é fornecida a esta Assembleia é uma; a linguagem que, digamos que às vezes inabilmente, porque isto para mim é só uma questão de inabilidade, perpassa na comunicação social para a opinião pública é claramente outra, e o Sr. Presidente já devia estar claramente à espera, que algum de nós aqui presentes o questionasse e o confrontasse claramente com esta dualidade de posições.

Entretanto no parágrafo logo a seguir, ao referido parágrafo da Capitania, diz-se: «entretanto, a montante da Capitania, na Ribeira da Forca Vouga, procedeu-se à resolução de um grave problema de escoamento de águas pluviais, alargando-se a secção de vazão, o que obrigou ao perfuramento da rotunda, direi também: estragar o jardim da rotunda que agora está a ser recuperado (cuidado com os arbustos que estão a estorvarem o trânsito); e da linha de caminhos de ferro do norte. Preveniram-se assim, novas inundações nos edifícios contíguos ao canal e estão criadas condições para desenvolver e melhor fruir o parque envolvente».

Ó Sr. Presidente: o que é que o senhor preveniu com estas obras? Quando é que aconteceram as últimas inundações na Forca Vouga, Sr. Presidente? - Há dois dias!

Portanto, após as obras que preveniram o aparecimento de novas inundações, na sexta feira passada, a Repartição de Finanças inundou novamente com as chuvas; realmente choveu demais!

Eu gostava também de perguntar ao Sr. Presidente: quando o senhor aqui diz «a Rua Direita vai finalmente ser pedonalizada ...»; quando é que a obra começou? Quando é que foi adjudicada? Não terá sido em noventa e oito?

No capítulo do Desporto, para além de prosseguir a política de apoio a todas as colectividades desportivas, e da novidade da adesão do Município à SAD e para esclarecer algumas dúvidas, que possam perpassar, eu volta a perguntar ao Sr. Presidente, para que assumo claramente aqui, a afirmação de que sim ou não, o Aveiro Basket, está tecnicamente falido? E mais - digo aqui publicamente, que se estiver tecnicamente falido, e se necessitar de uma imediata injeção de fundos - ao que dizem ilustres economistas da nossa praça - de aproximadamente vinte mil contos, eu em meu nome pessoal, estarei contra em quanto não se me demonstrar quanto é que vale o nome de Aveiro nas camisolas? Quanto é que valem os três segundos de publicidade que o Sr. Presidente tanto apregoa, que Aveiro aparece quando joga na Amadora, quando joga no Barreiro, no Seixal ou quando joga no Porto. Ou seja, Sr. Presidente da Câmara, há empresas especializadas em medir quanto é que isso vale, há empresas especializadas em quantificar quanto é que Aveiro poderá ganhar em termos turísticos, em termos de divisas a entrarem, com três segundos aqui, três minutos ali, dez anos acolá. E enquanto o Sr. Presidente da Câmara não nos trazer aqui um relatório - e esse é um estudo que vale a pena fazer, entre outros tantos que estão a decorrer, quanto é que vale esse investimento, pode ter a certeza que a bancada do Partido Popular, não mais - e acredite, que tendo sido nós que viabilizámos o Aveiro Basket na altura em que o senhor pediu para a viabilizar, ao contrário de muitos outros aqui presentes, que nem sequer votaram, ou nem sequer estavam presentes na sala, quando viabilizámos - com boa fé - esperamos que o Sr. Presidente, na mesma boa fé, aqui apresente: primeiro, um balanço exaustivo sobre em que situação estão as contas; segundo, quanto é que vale Aveiro ter o seu nome, ter a sua imagem de marca na camisolas do Aveiro Basket. Assim talvez nos entendamos, de outra maneira, creio bem que não.

Eu não queria voltar a falar do campeonato do Mundo de kayak-Pólo, porque vão já dizer-me que eu me estou a meter com os assessores; mas já que falei do Aveiro Basket e não falei dos assessores consegui quase uma proeza aqui para o meu lado; mas eu não queria falar do campeonato do Mundo de kayak-Pólo, e espero que não seja um mau presságio para o futuro Campeonato do Mundo de Basquetebol Júnior, que se vai realizar no então, já remodelado, Pavilhão dos Galitos, que permitirá de certeza como o alargamento da secção de vazão, uma melhor fruência do espaço e do parque envolvente. Mas eu relembro, que o Sr. Presidente da Câmara escreveu em vinte e cinco de Março, “que o complexo das Piscinas Municipais, sofreu

também significativas obras”, todos nós sabemos quanto é que custaram, “que visaram sobretudo, dotá-las de condições e medidas olímpicas oficiais e necessárias, para a realização do Campeonato do Mundo de kayak-Pólo. Aveiro acolheu de forma muito profissional, na linha da aposta da valorização ...”; de forma muito profissional Aveiro acolheu este Campeonato do Mundo - isto foi no dia vinte e cinco de Março. No dia vinte e sete de Abril, de noventa e nove, saiu uma notícia num diário desta Cidade, dizendo que a “Culturália contesta oito mil contos em tribunal, acerca das dívidas do Mundial de kayak-Pólo”. É aqui dito pelo advogado da empresa - isto pode não ser verdade, “que a Câmara de Aveiro e a Federação de Canoagem, coordenaram uma comissão executiva” - entretanto extinta - “que foi quem tratou de todos os pormenores com as empresas, que deram apoio logístico à organização da prova”. Diz-se aqui também, “que várias vez o advogado contactou o assessor da Câmara de Aveiro, Gonçalo Fonseca, que não lhe deu saída, dizendo umas vezes que talvez fosse possível chegar a acordo, mas nunca se resolveu nada.”

O que acontece é que no dia vinte e cinco de Março, o Campeonato do Mundo de Kayak-Pólo, tinha prestigiado Aveiro e as suas gentes, não só pela hospitalidade tradicional com que recebem ministros e desportistas, mas também pela forma profissional como organizam eventos deste nível. No dia vinte e sete de Abril, sai uma noticia no jornal que enxovalha o nome da Câmara de Aveio, envolvendo-a num processo pouco claro, de falta de pagamento a fornecedores, num montante de oito mil contos - que no fundo até nem é muito, para um orçamento destes, Sr. Presidente.

A Pista de Remo. É evidente que a Pista de Remo continua, Sr. Presidente, a ser uma aposta sua. E ainda bem que o é.

Se isso significar um engrandecimento da Cidade em termos desportivos e que futuramente possamos receber outro qualquer tipo de mundial - sim senhor, estaremos de acordo. Agora, para estarmos de acordo, Sr. Presidente que já tanto falou nisto: antes das eleições e durante o seu primeiro ano de mandato, ainda não disse a esta Assembleia Municipal quanto é que pensa gastar, quanto é que vai efectivamente gastar na recuperação da Pista de Remo ou na construção da Pista de Remo do Rio Novo do Príncipe. Foi algo que sempre aqui foi escamoteado, apesar de várias vezes questionado. É preciso dizer-se a esta Assembleia, para que lá fora se possa saber, já que ainda não disse no jornal: quanto é que vai gastar na Pista de Remo no rio Novo do Príncipe? Porque ao que parece já há projectos encomendados, já há estudos em cima da mesa, já há a intenção nítida e clara de avançar.

Pavilhão Multi-Usos, que o Sr. Presidente fez questão de abreviar, digamos até, numa atitude que não me pareceu de muita elegância política, mas enfim, as atitudes ficam com quem as toma. O Pavilhão Multi-Usos, fundamental para fazer corresponder a potencialidade desportiva e cultural, eu gostava de saber quando é que foi adjudicado? Quando é que a obra vai começar? E quanto é que a obra vai custar? Quando é que foi posta a concurso?

Parque de Feiras que igualmente foi comunicado no jantar do dia doze de Maio. Há projectos para a instalação do novo Parque de Feiras? Não há projecto? Há terrenos comprados? E quanto é que isto tudo vai custar? Porque quando se inclui no Relatório de Actividades que estes projectos estão em fase avançada ou estão a andar, esta Assembleia tem que saber quanto é que isto vai custar - mas quanto é que isto vai custar com exactidão. Não é só sermos postos perante a política do facto consumado. Isto parece um lugar comum, qualquer dia estão a chamar-me o Salavessa da Direita, por causa da cassete. O problema é que meus senhores, a Câmara não pode dar aso a que todas estas questões sejam infundavelmente repetidas nesta Assembleia e fora dela, e nunca tenham resposta, e a única resposta que poderão eventualmente ter é de que “proximamente saberemos”. Isto não pode continuar, Sr. Presidente da Câmara. Por favor diga-nos factos concretos; diga-nos números; diga-nos quanto é que custa; quando é que arranca e quando é que termina - ou então não inclua no Relatório de Actividades, porque não é um relatório de actividades então; é um relatório prospectivo como dizia o Dr. Filipe

Brandão e muito bem.

Já não vou falar no Estaleiro do Efémoro, já não vou falar em mais nada, vou falar no Eixo Estruturante - nos seiscentos metros, que o Sr. Presidente voltou novamente a vangloriar-se novamente no jantar do dia doze.

Bom, pegando na dica do Prof. Henrique Diz, realmente seiscentos metros de Eixo Estruturante a concurso, é uma vitória maior do que a do Ministro do Equipamento, em relação ao IC 1, à duplicação do IP 5, etc., embora eu tenha informações do outro lado - mas também socialistas (se calhar hoje em dia é a única maneira de saber informações), de que o IC 1 brevemente estará a concurso; mas esta Câmara também não sabe quando.

Eu ouvi dizer que até final de Julho a obra estaria adjudicada. Não sei se a Câmara pode confirmar ou não, esta informação; se não pode, deveria poder e agradeço que rapidamente possa confirmar.

Mas quanto ao Eixo Estruturante - são seiscentos metros - e o senhor defini-o no jornal como uma “obra de elevadíssima importância, porque permite um acesso central a Águeda”, os outros eram do tempo do Duarte Pacheco, do Fontes Pereira de Melo. Mas realmente Sr. Presidente, Aveiro está a entrar na vanguarda das acessibilidades, porque em mil novecentos e noventa e nove, vai ser posto a concurso, seiscentos metros do Eixo Estruturante que facilitarão sobremaneira o acesso a Águeda; primeiro porque mais rapidamente se chegará a Vilar, se calhar!! Esta é que é esta. São seiscentos metros construídos agora, neste momento porquê? Apenas e só para servir o novo Parque de Feiras e o Pavilhão Multi-Usos? Então diga-se e assumo-se; ninguém estará contra. Porque é óbvio que se vai construir ou se se quer construir um novo Parque de Feiras - com dignidade para ser um verdadeiro Parque de Feiras (porque este já não tem, efectivamente. Teve na sua época!); e um pavilhão Multi-Usos, é óbvio que estas duas infra-estruturas, têm que ter acessibilidades como deve ser. Agora, Sr. Presidente: o resto? Fica na gaveta? Ou vamos ligando o Eixo Estruturante a Pavilhões que vão surgindo daqui até Águeda? Se estamos assim, estamos mal.

E o Metropolitano de Superfície, Sr. Presidente? Em que pé é que está a sua intenção de avançar ou não, com um projecto que o senhor já tem, com um estudo de viabilidade económica que o senhor já tem, que esta Assembleia também o tem, em que pé estará Sr. Presidente a sua intenção de avançar ou não com esta importante obra de ligação, essa sim, importante obra de ligação porque mais barata talvez, em termos de deslocação para o interface Aveiro/Águeda, que traz a Aveiro diariamente duzentas mil pessoas. Porque não? Quando? E ou se sim ou se não, Sr. Presidente?

Eu só falava agora de mais duas coisas e muito rapidamente; a Europa dos Pequenitos que o Dr. Filipe Brandão questionou e bem, acerca de uma notícia saída num semanário este fim de semana. Far-me-ão justiça de que nesta Assembleia varias vezes questionei o Sr. Presidente da Câmara, ligado directamente ao desempenho profissional de um dos assessores que contratou, sobre a evolução da situação ou do estado de coisas em relação à Europa dos Pequenitos. Sempre me foi dito que estava a andar tudo bem; sempre me foi dito que não havia problema nenhum; sempre me foi dito que apenas se ia tentar deslocar para uma zona já aterrada, perspectiva na qual eu até concordo; agora Sr. Presidente, esta notícia é realmente um pouco assustadora, até porque há outros fumos, e na altura própria eu questionei o Sr. Presidente sobre isso, de que a Câmara de Aveiro tinha partido para uma posição negocial com a Fundação Bissaya Barreto, em relação nomeadamente à implantação da Europa dos Pequenitos, que não teria sido muito do agrado da Fundação Bissaya Barreto.

Eu pergunto-lhe concretamente, em que pé é que está o processo da Europa dos Pequenitos? Quando é que vai avançar - a começar a ver-se alguma coisa da Europa dos Pequenitos para que as gentes de Aveiro possam ficar tranquilas.

Esse processo implicou muito trabalho de bastidores, muito trabalho de protagonismo de bastidores - como eu gosto de dizer - de executivos anteriores, e não é por dez reis de mel

coado, Sr. Presidente da Câmara, que se pode deixar fugir por entre as mãos.

E agora para terminar, algo que me tem incomodado, mas incomodado seriamente e que são as obras na EN109, ligadas às obras na Avenida Central. Já uma vez aqui questionei também e não obtive resposta, sobre porque motivo é que se avançou com a rotunda do Eucalipto? Baseada em que estudo de trânsito; baseada em que orientações. Mais: perguntei na altura, de quem era a jurisdição da estrada nacional 109 neste momento. Perguntei na altura, quem custeava as obras que já se estão a fazer na estrada nacional 109 neste momento - a nada disto obtive resposta.

Provavelmente hoje não obterei também, mas vou voltar a repetir. O Sr. Presidente tem que nos dizer hoje, se souber, ou se quiser: quanto é que já custaram as obras que até agora já fez esta Câmara na 109 - a célebre rotunda, onde ainda não morreu ninguém por milagre, dada a qualidade da sinalização e da envolvência do local. Gostava de saber de quem é a jurisdição? Gostava de saber se há algum protocolo, com a Junta Autónoma de Estradas, para que tais obras se construam - porque não é só esta rotunda que está em causa; são os desnivelamentos subsequentes (por baixo ou por cima); é esse do Eucalipto, é o do Pingo Doce, é o de Esgueira. E gostava de saber quanto é que a Câmara já gastou do seu bolso, ou terá que gastar - porque verdade seja dita, esta Câmara também não tem pago a tempo e horas a fornecedores, mas isso, qualquer câmara passa por esses problemas - quanto é que a Câmara está a pensar gastar, se calhar em obras de propriedade alheia; ou não? Porque nada disto nós sabemos nesta Assembleia Municipal - os senhores acham normal! Ninguém sabe nada disto, nesta Assembleia Municipal. Eu não acho normal. Isto é claramente a discricionariedade ao serviço da urbanização, ao serviço das acessibilidades, ao serviço do que o Senhor quiser. Nós temos que ser informados, Sr. Presidente, já que outros não nos informam e poderiam informar-nos; claramente o Senhor tem que nos informar aqui.

E informe-nos também, para terminar Sr. Presidente, sobre que estudo é que suporta as obras que o senhor aqui escreve e aqui enunciou já, que quer fazer na 109, que estudo é que suporta? A quando remonta esse estudo? Quanto é que custou esse estudo? E quem o pagou? Já para não falar Sr. Presidente, naquilo que eu acho um relativo achincalhamento da sua parte, falar do aterro de resíduos sólidos e urbanos. Quando esta Assembleia aprovou a adesão a esse projecto, creio que eram dez municípios envolvidos - desmintam-me se estou enganado. Quantos são hoje, Sr. Presidente? Na altura em que esta Assembleia aprovou a adesão deste sistema de tratamento ou a este serviço, eram dez anos o período de valência do aterro em Aveiro. Quantos são hoje, com mais três municípios que entretanto aderiram. Que contrapartidas a Câmara Municipal de Aveiro negociou, nomeadamente no tempo de utilização do aterro, para que num aterro onde cabiam dez, agora caibam treze? Que contrapartidas? Vamos estar os mesmos dez anos a receber o nosso lixo, de mais nove e de mais três? Ou há contrapartidas efectivamente negociadas? Qual foi a posição da Câmara de Aveiro, quando se pediu a adesão desses municípios a este aterro? E porque é que o Sr. Presidente inclui aqui, não só a abertura do Fórum - isso já é irrelevante, dá-se de barato que toda a gente sabe quem construiu o Fórum e toda a gente sabe quem dinamizou; e toda a gente até sabe também, o pequeno pormenor, relevante, para a qualidade da obra, em que se transformou a passagem desnivelada para peões ali para a pastelaria Veneza, que agora até vai ser utilizada com um carril para passar as bicicletas à mão, na futura pista ciclável - toda a gente sabe; mas agora diga-me: porque é que o Sr. Presidente diz aqui, sem dizer mais nada, que importantes melhoramentos foram feitos na Zona Industrial de Taboeira, para alterar o tráfego, para fluidificar o tráfego e para resolver problemas naquela Zona Industrial, quando nesses melhoramentos o senhor não teve uma rasca naquela assadura, uma única. São contrapartidas negociadas com base na adesão da Câmara de Aveiro a esse aterro; que mais contrapartidas para além destas que já estavam negociadas e que mais tarde ou mais cedo iriam aparecer, o senhor conseguiu para esta Cidade e para este Concelho, quando aderiram a este aterro mais três municípios?! Muito obrigado.”

Vogal António Salavessa:

“Aqueles brincadeiras do género “...quando vai jogar ao Barreiro, que é para agradar ao Sr. Salavessa, ou ao Seixal”, isso não conta; é evidente, são brincadeira e eu gosto é que as equipas de Aveiro joguem e ganhem em todo o lado e que joguem em Aveiro principalmente - porque é assim que eu me sinto, é assim que eu sou; mas são brincadeiras não têm importância.

Já a da “cassete”, porque repetida, merece uma referência. De facto não acho que use cassete nenhuma. Se ser cassete é repetir algumas questões de principio às quais se está pegado e das quais não se abdica, então ... neste caso parece que isso não é defeito, será talvez virtude. E nesse ponto de vista continuaremos com certeza em relação a algumas questões, a ouvir a defesa do Serviço público, a ouvir a defesa ou o combate a um milhão de contos, do conjunto das concessões de serviço, etc., etc.

Agora o que já não me parece muito normal e que chamo à atenção desta Assembleia, é que se vá às cassetes da Assembleia ou às actas da Assembleia, repescar como originais, questões que aqui foram trazidas em primeira mão, há várias sessões, exactamente nos mesmos termos em que eu aqui o coloquei.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Sr. Presidente, só um pequeno esclarecimento. Eu em nenhum ponto da minha intervenção disse, que eu ou a nossa bancada do CDS/PP, tenhamos sido os primeiros a falar nisto e justiça seja feita, foi efectivamente o Sr. Salavessa da bancada do PCP, a fazer essa intervenção.”

Entretanto entrou na sala o vogal Álvaro Patrício do Bem.

Vogal Raúl Martins:

“Sr. Presidente, muito obrigado. Eu gostaria de corrigir ali o meu amigo Diogo, utilizando uma outra frase - esta célebre de um escritor que escreveu a vida de Aristóteles, um senhor chamado Amónio, que disse um dia “estimo muito Platão, mas estimo muito mais a verdade”, e portanto, conjuntamente com os meus camaradas desta bancada do Partido Socialista, estamos aqui obviamente orgulhosos de ter eleito este Executivo Socialista, estamos aqui orgulhosos de o poder apoiar; como é óbvio não temos procuração do Executivo da Câmara para o defender, nem ele precisa dada a indigência das críticas da oposição, mas gostaria de dizer que nós na bancada do Partido Socialista, não hesitaremos em erguer o dedo ou levantar a voz ou o contrário, sempre que acharmos que o Executivo necessita de conjuntamente connosco, defender os legítimos interesses dos povos de Aveiro, que foi para isso que nós sempre lutámos e algumas das vezes, em situações bem difíceis. E gostaria também, de deixar aqui alguns recados ao Executivo, que uma leitura atenta do Relatório de Actividades e das Contas de Gerência de mil novecentos e noventa e oito e também algumas declarações que o Executivo aqui fez, gostaria de fazer como eu disse, aqui alguns comentários a isso que li, e algumas coisas que ouvi.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer ao Executivo que ele foi eleito e deve funcionar como uma equipa, e que nos deve dar o prazer, quando vem a esta Assembleia, e quando vem debater problemas sectoriais, nos deixar ouvir também a voz de alguns dos distintos e competentes Vereadores, que nos seus sectores vão tratando dos assuntos. Porque como é óbvio, o Sr. Presidente não poderá de todo, abarcar a totalidade dos assuntos da Câmara. Cabe-lhe a ele liderar, caberá a outras pessoas gerir; e essas pessoas muitas vezes terão argumentos mais concretos para aqui aduzirem nesta Assembleia, quando efectivamente se fazem algumas perguntas.

Gostaria também, e para que o Executivo reflectisse, de deixar aqui um velho ditado popular, mas como todos os ditados populares, encerra em si muita verdade. E o ditado popular é: a

quem Deus ajuda, o vento lhes junta a palha. É um ditado que todos conhecem, mas este ditado é apenas para que o Executivo medite e quando apresenta resultados, distinga e deve fazê-lo, entre a obra que fez efectivamente - com os seus meios, e com as suas possibilidades; e aquelas que foram feitas por outros, nomeadamente, pelo Governo. Porque de facto este Governo, começou decididamente a olhar para Aveiro. E nós temos que entender que o Governo Socialista, tem daqui que receber os maiores encómios. Dir-me-á a oposição: mas essa política governamental apenas acontece porque em Aveiro, foi eleito um Socialista. Todos vocês sabem que não, porque esta política, é uma política que se pretende da criação de cidades intermédias; o Governo achou que Aveiro é uma Cidade intermédia, importante, que se deve potenciar e como é obvio, tem apoiado muitos projectos da Região de Aveiro, alguns de vocês já os conhecem, são inclusivamente anteriores à entrada deste Executivo - o Projecto da SIMRIA; os apoios que têm dado à execução e muitas obras no Distrito de Aveiro e particularmente, que é isso que interessa, no Concelho de Aveiro, o próprio apoio que tem dado por exemplo a outras instituições, que tentam fazer ou lutar pelo desenvolvimento regional. E isto é importante que se diga, porque quando as obras se misturam todas, nunca se sabe exactamente quem é o pai - e é bom que a gente saiba quem é o pai e quem é a mãe.

Sobre o relatório que me foi dado a ler, eu gostaria de pôr em causa uma das coisas que acho que deve ser posta em causa. E é particularmente a política de subsídios da Câmara ao Desporto Profissional, consubstanciada nos subsídios ao Beira Mar e consubstanciados com a sua participação no Aveiro Basket. Consubstanciados nos subsídios ao Beira Mar, que contas feitas deverão rondar os duzentos mil contos por ano: entre dinheiro, mais obras feitas, mais manutenção do estádio, mais publicidade estática, que obviamente em todo o lado pertence ao dono da propriedade, nós não iremos longe dos duzentos mil contos. Poderão alguns dizer que depois da derrota de hoje do Beira Mar, não seria muito cómodo eu estar aqui a falar sobre isto, porque está em causa e não sei quantas mais.

Desejo que o Beira Mar ganhe a taça e que se mantenha na primeira divisão, mas também tenho que considerar que quando uma escola pede um computador e não há dinheiro para o computador; quando existem subsídios para grupos amadores de grande valia, de teatro, folclórico, escolas de música, bombeiros, etc., do nível que existem, muito mal empregados são duzentos mil contos numa equipa de futebol profissional que deve ser auto-suficiente.

Quanto ao Aveiro Basket, trata-se também aqui de apoio a uma equipa de desporto profissional, que já custou à Câmara cerca de vinte mil contos, que está tecnicamente falida, que necessita da injecção urgente de algumas quantias em dinheiro, e tipicamente do aumento de capital social para que se possa sair da situação de falência técnica - penso que a curto prazo necessitará de vinte, vinte e cinco mil contos no mínimo, e que tem neste momento dívidas ao estado português, de monta. É importante que o Executivo, para o futuro repense a política de apoio ao desporto profissional.

Sou a favor de todas as políticas de apoio a desporto amador: teatro, cultura. Que nunca pese à Câmara o dinheiro que gaste nisso. Agora penso por mal empregue, efectivamente, o dinheiro que é gasto no desporto profissional.

Ainda faria sentido e fez algum sentido - e eu compreendo aqui o Sr. Presidente da Câmara, que por razões estratégicas, se desse esse apoio em mil novecentos e noventa e oito. Eu explico porquê: faz algum sentido que desse esse apoio, ao futebol para nós termos uma equipa na primeira divisão e podermos aspirar a ser uma das Cidades, onde se vai desenrolar o dois mil e quatro; podia fazer sentido em mil novecentos e noventa e oito, que se apoiasse o Basket profissional, para tentar obter as boas graças no sentido de submeter para aqui um Pavilhão Multi-Usos.

Penso que neste momento estão conseguidos, pelos vistos, esses desidratos, não fará sentido no futuro que se faça este apoio ao desporto profissional.

Gostaria também de questionar a política que foi seguida pelo Executivo relativamente aos

Serviços Municipalizados. Sempre pensei e sempre aqui o afirmei, portanto, não é uma coisa nova que a Câmara Municipal, deve ser e deve suportar os custos sociais dos Serviços Municipalizados, isto é, a política social no município deve ser feita através dos impostos e não através das taxas dos Serviços Municipalizados. O que aconteceu este ano, infelizmente, e é apenas o seguimento daquilo que aconteceu nos anos anteriores, foi que a autorizada transferência de verbas para os Serviços Municipalizados do montante de cento e vinte mil contos, que aqui foi autorizada por esta Câmara, não foi mais uma vez executada - e é uma coisa que parece já vem de há meia dúzia de anos, a não ser feita pelo Executivo; o que pode levar, obviamente, os Serviços Municipalizados numa tentativa de minimizar os altos prejuízos que tiveram neste exercício, a aumentar as taxas. E se calhar é por isso que nós temos da água mais cara, desta região; se calhar é por isso que quando o Sr. Salavessa fala dos oitenta e cinco contos das ligações dos ramais de saneamento, se calhar eles são mais caros do que os outros, efectivamente.

É óbvio que nós no futuro, temos de pensar isso, isto para não falar, porque penso que é incorrecto seja qual seja o Executivo que faça isto, mesmo aquele que eu defenda, nos trinta e tal mil contos do PROCENTRO que ficaram para trás nos cofres da Câmara.,

Digo também e para finalizar que me preocupa de alguma forma a situação económico-financeira da Câmara. Isto, porque de facto em mil novecentos e noventa e oito, não se viu um crescimento de receitas reais, não receitas de empréstimos, que efectivamente se visse e como é óbvio, houve efectivamente muito mais obra feita e essa obra precisou desse dinheiro para além desta Câmara herdar uma situação económico-financeira miserável do Executivo anterior.

De qualquer forma, sempre aqui lutámos, e não é agora que vamos deixar de lutar, por uma maior transparência nas contas. E essa maior transparência nas contas passaria, neste caso, por duas coisas, penso que fundamentais: primeiro, uma nota explicativa de outras responsabilidades que a Câmara tem, que não aquelas que resultam tipicamente de empréstimos. E nomeadamente as que resultam eventualmente de se ter celebrado algum “leasing” ou, e esse penso que era aquilo que devia ser feito, um cômputo das despesas ou dos débitos existentes no fim do ano, mas ainda não devidamente processados para além de uma nota, de uma folha indicativa de quais os compromissos assumidos.

E eu digo que isto para mim tem algum interesse, e era importante porque a Câmara, pelo que nós vimos do relatório prospectivo tem efectivamente grades planas para o futuro. E para ter esses planos, é óbvio que precisa de ter - por parte da Câmara - as verbas necessárias para completar os subsídios que vêm para fazer essas obras. E é por isso, que eu acho que neste momento se deveria tentar ter o máximo de dinheiro disponível para que: hoje é capaz de nos vir o estádio, e como é que a Câmara de Aveiro vai participar das suas despesas próprias no estádio; vamos ter o Pavilhão Multi-Usos - muito bem - e que percentagem cabe à Câmara? Como é que vai ser satisfeita?; e será que vamos passar aos tempos do Celso, em que as pessoas se acotovelavam nos corredores de acesso à Câmara, durante dias seguidos, para receber cinco mil contos, quatro mil contos? - Olhe trago-lhe aqui uma divida de vinte mil ...; olhe leve mil e tal; é óbvio que eu não desejo uma situação dessas no futuro.

Afastámos no acto eleitoral essa situação, é bom que saibamos aqui também afastar essa situação definitivamente, da Câmara de Aveiro.

Sr. Presidente, para já era aquilo que tinha a dizer.”

Entretanto saiu da sala o vogal João Alberto Simões Barbosa.

Vogal Diogo Soares Machado:

“Sr. Presidente, tendo constatado que afinal de contas as respostas que há tempos vimos pedindo ao Sr. Presidente da Câmara, a questões concretas aqui levantadas por nós e por outras bancadas, são esclarecidas por um ilustre membro da bancada do Partido Socialista, eu

gostaria no seguimento da intervenção que acabou de produzir, de perguntar ao Dr. Raúl Martins, se ele me quiser esclarecer - é um pedido de esclarecimento e eu gostava de ser esclarecido, porque é no seguimento da sua intervenção Dr. Raúl Martins - “a situação financeira era miserável”, gostaria concretamente que dissesse - quanto é que era a dívida nessa altura? E a quem? E diga os números todos, estamos aqui para saber tudo. Quanto é que se devia a fornecedores nessa altura?

Quanto aos tempos do Celso, pergunto-lhe se sabe ou não de obras paradas de pavimentação na vigência deste Executivo, por falta de pagamento a fornecedores: se tem conhecimento ou não? Eu tenho! E digo-lhe já o nome do empreiteiro que a parou, se quiser ... portanto, cuidado com “os tempos do Celso”. Não digo o nome do empreiteiro mas digo qual é a obra: é a obra do final da rua da Pêga; e os senhores estão esclarecidos.”

Vogal Rogério Madaíl:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Bem, eu antes de entrar na análise da conta de gerência, queria fazer dois reparos. Um, relativamente à intervenção do Dr. Filipe Brandão; não posso deixar de dizer que a análise que estamos a efectuar às contas é necessariamente sobre a actividade passada e não uma análise prospectiva - essa sim, terá cabimento aquando da análise do Plano de Actividades e do Orçamento.

Por outro lado, queria felicitar o Dr. Raúl Martins, pela a análise de bom senso que quase me ia esvaziando de conteúdo; mas de qualquer maneira ainda tenho muitas coisas para dizer.

Ora bem: quando ao Aveiro Basket; tanto quanto foi apresentado aqui na última Sessão na qual eu não tive oportunidade de estar presente - o qual lamento - as contas que foram apresentadas revelavam que a SAD está insolvente. Perante isto, o Conselho de Administração tem por obrigação apresentar soluções de forma a não poder protelar esta situação.

Eu gostaria de saber quais foram as soluções apresentadas pelo Conselho de Administração da SAD, no qual a Câmara está representada e gostava de ter acesso ao Relatório de Contas e tanto quanto eu sei, nem sequer está aprovado (por enquanto). Seria de trazer aqui à Assembleia as contas aprovadas.

A outra questão que eu queria falar era sobre o Lago; ouve-se e é muito falado por aí por pessoas ligadas à área da construção, que o Lago não tem quota de água à frente do Centro Cultural. Primeiro: foi feito algum estudo? Vamos ter outra comporta para segurar as águas?

Outra questão diz respeito à Pista de Ciclismo. Eu penso que a Pista de Ciclismo, no sitio onde ela está implementada - na Avenida - não será o melhor sitio para se passear. Qual foi a fundamentação de se utilizar uma Pista naquele sitio, quando teríamos outros sítios mais interessantes: ao longo da Universidade de Aveiro, ao longo da Ria, fugindo um pouco do sitio mais poluído e menos interessante para se andar de bicicleta.

Entro finalmente então, na análise da Conta de Gerência. A Conta de Gerência de um Município, revela em termos monetários as orientações estratégicas do seu Executivo e do seu desempenho na sua gestão. Tratarei na minha curta intervenção, de apresentar uma opinião estruturada da evolução financeira do Município numa óptica de curto e médio prazo, sob um duplo ponto de vista: comparando os montantes realizados, com os montantes do orçamento de mil novecentos e noventa e oito, revisto por este Executivo, e comparando os montantes realizados com os do ano antecedente, mil novecentos e noventa e sete.

Para além da necessária articulação da Conta de Gerência, com o Relatório das Actividades desenvolvidas - numa óptica custo/benefício, sustentado pelo interesse social, e tendo em conta a limitação de tempo disponível e o reduzido detalhe da informação disponível, vou apenas comentar alguns dos seguintes aspectos fundamentais: capacidade de mobilização de fundos junto do Governo Central e dos fundos comunitários, que é evidenciada pelo montante de transferências da Administração Central; evolução das receitas correntes, em relação ao Orçamento e ao ano anterior; o endividamento; evolução das receitas de capital em relação ao

Orçamento do ano anterior; equilíbrio entre as despesas correntes e de capital; evolução das despesas correntes e de capital.

Começamos pela primeira situação: capacidade de mobilização de fundos. Em relação à capacidade de mobilização de fundos junto do Governo Central e dos fundos comunitários, verifica-se um aumento de cinco virgula três por cento das transferências correntes, no montante de trinta e oito mil contos. Resultou do aumento das transferências do Fundo Geral Municipal, que decorre de uma regra aplicada a todo o país, mas de uma redução de trinta e um virgula oito por cento de transferências da Administração Central. Ou seja, nós víamos no corrente exercício, reduzir um terço em relação ao ano anterior, das transferências feitas da Administração Central.

A situação é portanto, penalizante para o Município em termos de transferência de capital. Em relação ao ano anterior houve uma redução de doze virgula nove por cento das transferências do Governo Central em cento e sessenta e quatro mil contos, que resultou de um acréscimo de trinta e cinco mil contos do Fundo Geral Municipal, contrabalançado por uma redução de quase duzentos mil contos, ou seja, cento e noventa e nove mil contos de outras transferências.

Em relação ao Orçamento previsto por este Executivo, verifica-se uma redução de sessenta por cento, ou seja, teve um montante inferior em um milhão e seiscentos e setenta e três mil contos na receita - uma redução forte e bastante exagerada que se traduz numa redução de sessenta por cento.

Quanto às Receitas Correntes. Os impostos evoluíram favoravelmente, em relação ao ano anterior, resultante de um aumento da receita do imposto municipal de SISA e das Derramas. O aumento deste último imposto, poderia ter sido mais significativo se o Concelho não fosse carenciado a nível de infra-estruturas industriais, porque se tivéssemos efectivamente mais infra-estruturas industriais, teríamos muito mais empresas e o Município iria de certeza arrecadar valores substancialmente superiores nas derramas.

Em relação às Taxas, Multas e outras penalidades, verificou-se um aumento de quarenta e um virgula nove por cento, em relação ao ano anterior, mas cobrou-se menos vinte e seis por cento que o orçamentado - continuamos com uma derrapagem, em relação aos valores que foram previstos.

Quanto às vendas de Serviços, manteve-se o montante do ano anterior, que se traduziu numa redução de vinte e oito virgula quatro por cento, em relação ao orçamento revisto o que significa uma redução de menos cento e quatro mil contos na receita.

Endividamento: em relação ao serviço da dívida da autarquia, salientamos que o capital em dívida de três milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil contos, é superior ao montante das despesas de capital em mil novecentos e noventa e oito, o que quer dizer que se deve mais do que se investiu.

Salienta-se que foi pela primeira vez contraído um empréstimo a médio e longo prazo, para o financiamento do fundo de maneo do município, que ascendeu a novecentos e setenta mil contos.

Recomenda-se ainda ao Executivo a renegociação das taxas de juro de oito e meio e nove e meio por cento com financiamento do INH - estas taxas são incompreensíveis; hoje em dia isto tem que ser negociado - estão a pagar demasiado (não se praticam estas taxas em nenhum lado).

Evolução das outras despesas de capital: a redução nas vendas de bens de equipamento, em relação ao ano anterior, foi de setecentos e sessenta e dois mil contos; em relação ao orçamento anterior, a redução foi ainda maior - no montante de um milhão, cento e setenta e cinco mil contos; o que nos leva a concluir, que se se tivesse executado a noventa por cento o orçamento desta rubrica, não teria sido necessário recorrer ao financiamento bancário. Quer dizer, em relação a esta rubrica das vendas de equipamento, se o orçamento tivesse sido cumprido a noventa por cento, o financiamento não teria sido necessário.

Equilíbrio entre as despesas correntes e de capital. A correlação entre as despesas correntes e de capital, foi neste exercício elevado ao limite de cinquenta por cento das despesas correntes, contra cinquenta por cento das despesas de capital. Sendo assim, as despesas correntes do ano, foram superiores às orçamentadas em cento e dez mil contos, e as despesas de capital inferiores, em três milhões e cem mil contos em relação ao previsto. Quer dizer que gastou-se mais do que se previu, nas despesas correntes, muito menos do que se previu, três milhões e cem mil contos nas despesa de capital que se traduzem num aumento do património do próprio município.

Ninguém fica com dúvidas que as Contas de Gerência do ano de mil novecentos e noventa e oito, revela uma forte contenção nas despesas de capital e uma dificuldade no controlo das despesas correntes. Deveria ter sido precisamente o contrário, controlar as despesas correntes e aumentar as despesas de capital.

Evolução das Despesas correntes. A evolução destas despesas, denotam uma tendência para o despesismo, o que pode comprometer a capacidade do município de investir em despesas de capital no futuro. As despesas de capital aumentaram oito virgula sete por cento, em relação ao ano anterior e dez por cento em relação ao previsto, com um aumento de cento e doze mil contos; as despesas com bens e serviços aumentaram trinta e quatro por cento em relação ao anterior, ou seja, trezentos e seis mil contos - ou seja, mil contos por dia. Em relação ao ano anterior temos um aumento nas despesas de bens e serviços de mil contos por dia útil e oito por cento em relação ao orçamento que já estava empolado em relação ao ano anterior.

As transferências correntes, constitui um dos agregados que menos sobe. Esta subida é no entanto justificada pelo aumento das transferências para as empresas e instituições particulares, no montante de duzentos e oitenta e sete mil contos - retomo a questão que se pôs anterior: que critérios é que houve na atribuição dos subsídios?; e um aumento ligeiro nas transferências correntes para as freguesias de cinco virgula seis por cento, contrabalançado por uma fortíssima redução nas transferências para os Serviços Municipalizados. Estes Serviços viram-se privados com duzentos e quarenta e três mil contos a menos, que de certeza que cria uma certa asfixia e dificuldades financeiras. Acresce ainda que não foram executadas e transferidas, as transferências para os Serviços Municipalizados, nem sequer as do PROCENTRO que estavam previstas.

Evolução das despesas de capital. Em relação a investimentos, ainda que o montante realizado tenha sido superior a dezanove por cento, em relação ao ano anterior, investiu-se menos dois milhões e quinhentos mil contos, do que foi orçamentado. Traduziu-se num desvio de cinquenta e um por cento. Em relação às despesas de capital; foi transferido para as freguesias menos trinta por cento que no ano anterior, em relação ao orçamento previsto. Foram transferidos menos quinhentos e sessenta mil contos, para os SMA em termos de transferências de capital, mais uma vez os Serviços Municipalizados foram penalizados.

Em termos globais, das despesas de capital efectivas do ano, foram inferiores ao orçamento em quase três milhões de contos - realizou-se apenas cinquenta por cento do previsto.

Em conclusão, as Contas de Gerência de mil novecentos e noventa e oito, revelam os seguintes pontos fracos: uma forte lógica despesista nas despesas correntes, que não condiz com os objectivos delineados pelo Sr. Presidente da Câmara no início do mandato, que se propôs realizar o equilíbrio financeiro da autarquia, nomeadamente através da racionalização e conseqüente contenção das despesas correntes. Saliente-se que o aumento desmesurado destas despesas, pode vir a comprometer a capacidade financeira da autarquia a médio prazo, de fazer face ao serviço da dívida; o endividamento da autarquia é demasiadamente elevado, ascendendo a três virgula sete milhões de contos; os Serviços Municipalizados foram penalizados a nível das transferências de capital; as receitas correntes de vendas de serviços estagnaram; as transferências da Administração Central - excluindo o Fundo Geral Municipal - foram significativamente inferiores, em relação ao ano anterior, e fortemente inferiores em relação às orçamentadas.

E esta era a apreciação que eu queria trazer aqui. Muito obrigado.”

Vogal Henrique Diz:

“Eu gostaria primeiramente de felicitar o meu amigo Raúl Martins, pela intervenção que fez e por uma análise cuidada da situação - eu subscreveria muitas das suas afirmações. Gostaria ainda de felicitar através do Sr. Deputado Raúl Martins, o Governo, dado que ele me informou que este Governo tinha uma política de promoção de cidades intermédias, e portanto, eu acredito que os membros deste Governo, nomeadamente, o Sr. Ministro João Cravinho, que apesar do número de pastas que tem, teve certamente tempo para ler os escritos do Sr. Prof. Valente de Oliveira acerca dessa matéria, que já tem muitos anos, para seguir o exemplo de ilustres ex-presidentes de Comissões de Coordenação da Região Centro, como por exemplo o Sr. Deputado Europeu e estimado colega do Sr. Presidente - Manuel Porto - que desde sempre pretendeu que a Região Centro se deveria desenvolver através de uma rede de cidades intermédias. Portanto, fico satisfeito de saber que um dos motivos pelos quais tantos governantes se deslocam à cidade é esse. Infelizmente e de acordo com as palavras também ilustres do meu colega de bancada, o Sr. Dr. Rogério Madaíl, infelizmente não parece que esta catadupa de visitas, tenha de alguma forma resultado num aumento das transferências do poder central para a autarquia; é pena que assim seja.

Depois gostaria ainda de dizer ao Sr. Presidente da Câmara o seguinte: o relatório que a Câmara a que o senhor preside nos apresentou, enferma de males que, relatórios de actividades anteriores nos têm trazido e para os quais vários membros desta Câmara já tiveram oportunidade de chamar à atenção desses males.

O primeiro mal, é que se confundem os períodos a que os relatórios dizem respeito. Penso ler em algumas das afirmações que aqui estão contidas e certamente porque já estamos adiantados no ano de noventa e nove, realizações que de facto, tiveram lugar em mil novecentos e noventa e nove e não em mil novecentos e noventa e oito. Portanto, como o Sr. Presidente não vai repeti-las certamente não as porá no relatório do próximo ano.

Por outro lado, e como já aqui foi afirmado várias vezes, o Sr. Presidente, continua a ser responsável por um relatório que tem mais de prospectivo do que de realizado. O que é fantástico, para um documento que se chama - Relatório de Actividades de mil novecentos e noventa e oito.

E por último, Sr. Presidente, no que diz respeito a esta matéria, permita-me também que lhe diga, que em exemplo do que faz o Governo Central, mas que eu não esperaria de Vossa Excelência, parece-me haver aqui alguma falta de elegância política - e porquê? Porque são chamadas a terreiro, obras que certamente esta Câmara teve ocasião de inaugurar, mas para que esta Câmara contribuiu muito pouco além dessa cerimónia de inauguração.

E são chamadas a terreiro, obras que foram lançadas por outros Executivos. E seria na minha óptica, da mais elementar justiça e seria um acto de grande elegância política, que nós certamente lhe reconheceríamos, se houvesse o cuidado de neste relatório poder haver uma referência a quem teve a responsabilidade de lançar, de acompanhar, etc., muitas dessas obras. Eu estou habituado a que isso aconteça, nomeadamente os ministros que pouco fazem ou nada fazem, são peritos em inaugurar obras que outros fizeram, que outros lançaram que outros acompanharam e esquecer-se de quem o fez, de quem acompanhou e de quem lá foi; mas não esperava que o Sr. Presidente da Câmara, neste ambiente de tranquilidade que nós vivemos nesta cidade - de confronto político naturalmente, mas também de grande cordialidade, não esperava que tivesse cometido essa deselegância política.

Por outro lado, eu gostaria de mais uma vez chamar à atenção para uma técnica que ao que parece, também já transitou do Governo Central para o Governo Local, a técnica a que o meu amigo Raúl Martins, não pondo o nome, já trouxe também aqui, que é a técnica da desorçamentação. É fantástico! Porque se ao nível do Governo Central, a resposta é que temos

que cumprir os critérios de Maastricht, ainda que os cumpramos de forma errada, a nível do Governo Local, não sei exactamente qual seja o motivo para nos esquecermos - embora não seja obrigatório, enfim, que estejam mencionados - para nos esquecermos dos compromissos que existem para o município.

Finalmente, eu não posso deixar de voltar à questão do desporto e do espectáculo profissional, também chamado desporto. Há aqui uma confusão, nós devíamos eventualmente pedir à vossa camarada e ilustre Edite Estrela, que nos viesse aqui um dia dar uns esclarecimentos acerca do que é desporto e do que é espectáculo profissional, que utiliza as mesmas regras do desporto. De facto não me parece que nós possamos continuar a apoiar da mesma forma, aliás não é da mesma forma, se fosse da mesma forma ... mas ainda por cima de forma muito mais acentuada, algo que é um espectáculo profissional, que deve gerar receitas próprias e que tem os seus artistas, aliás muito bem pagos - o que só lhes fica bem, diga-se de passagem; não podemos continuar a apoiar o espectáculo profissional da mesma forma ou ainda mais do que apoiamos o desporto, nomeadamente o desporto das camadas jovens que muito contribuirá para a saúde deste país, e o bem estar deste país. Ainda por cima, quando continuamos a desconhecer os critérios que presidem à atribuição de verbas ao espectáculo profissional, seja ele futebol, basquetebol, andebol, hóquei no gelo, aquilo que entenderem.

De maneira que, Sr. Presidente, eu lamento imenso que o Beira Mar tenha perdido hoje, porque este facto vai colocar o Beira Mar, numa situação complicada. Lamento imenso que o Beira Mar não consiga despertar na cidade, o número de sócios necessários à continuação da sua actividade na primeira linha. Lamento muito mais do que o Sr. Presidente - pode crer - o facto de o basquete em Aveiro, ter levado os trambolhões que levou - e tenho fortes razões para o lamentar, mas isso não pode significar de forma alguma, Sr. Presidente, que o município numa altura em que tem obrigação de desenvolver outras acções a bem de toda a comunidade, não pode significar dizia eu, que o município continue sem critérios conhecidos a investir os montantes financeiros que anda a investir e a associar-se a empreendimentos ou a empresas, que no dizer dos entendidos (eu não sou expert na matéria) estão tecnicamente falidas. Muito obrigado.”

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“Só um pequeno reparo e de resto cedo a palavra a quem, sem dúvida nenhuma, se defenderá tecnicamente pela mesma forma das funções que exercia anteriormente, penso eu, agora devidamente adaptadas a estas novas funções, isto é ao Sr. Presidente da Câmara.

De qualquer maneira gostei de registar, o facto de toda a gente se ter referido quanto aos gastos de dinheiro em investimento. Lamento que as pessoas não tenham tido a mesma perspectiva no resto do discurso. De todo o modo fiquei banzada, com esta estranha união de facto entre as três bancadas - e fico à espera que o Sr. Presidente explique melhor as coisas.”

Vogal Joaquim Abreu:

“Sr. Presidente, desejaria fazer uma curta intervenção com referência ao Relatório de Actividades em discussão, na sua página trinta, em que diz: “transferências para as Juntas de Freguesia”, isto porque se instalou em mim, um certo estado de espírito de desconfiança, pois no passado recente, enquanto a freguesia de Eixo recebeu oito mil, outras mais pequenas receberam oitenta e oito mil, e sem que alguma vez se percebesse a justificação destas diferenças.

Este ano, mais uma vez, se notam diferenças que desejo vir a ser esclarecido e que eu vou referir: há freguesias com sessenta e nove mil contos de transferências, a minha freguesia tem dezasseis mil; há outras com cinquenta mil. Por conseguinte eu desejaria, se o momento não é oportuno, de vir a ser esclarecido acerca destas diferenças. Gostaria de encontrar a razão de facto, destas diferenças, por que já no passado recente - o ano passado mais concretamente - já

isso se verificou. Muito obrigado.”

Entretanto saíram da sala os vogais Henrique Manuel Morais Diz, João Pires da Rosa, José Augusto Fernandes Júnior, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Jorge Carvalho Arroiteia, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa e Manuel Branco Pontes.

Vogal Jorge Nascimento:

“Sr. Presidente, eu trazia aqui uma nota, que me escapou e que é um problema que me preocupa.

Eu não sei se neste ano já, se no ano anterior, foi aqui aprovado um financiamento, um contrato leasing. E eu tenho andado preocupado, com esta situação. Eu compreendo um leasing e estou-me a referir concretamente aos terrenos do Lago: eu compreendo um leasing, por exemplo, para comprar um carro. Leasing é uma renda por uma utilização; quando a um terreno eu não percebo lá muito bem como é que se pode utilizar a figura do leasing.

E então a pergunta concreta é esta: qual é a utilização, qual é digamos, o co-respectivo ou a contrapartida da renda que a Câmara vai pagar e onde inscreve essa verba orçamentalmente?”

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Foram muitas as questões, todas muito interessantes e portanto eu vou tentar responder a todas elas.

Desde logo e começando pelo argumento que começa a ser um pouco estafado, peço desculpa, mas é o termo que me ocorre agora, de que tudo aquilo que fizemos foram obras de continuidade. Eu desde o início, façam-me essa justiça, que sempre assumi isso; sempre disse que as obras boas eram para ser mantidas e eram para ser continuadas.

Agora ou não leram bem o relatório, ou só estão a ler no relatório aquilo que os vossos olhos querem ver; quando continuam a esgrimir com esse argumento da mera continuidade. Porque eu esfolhei aqui o relatório, a introdução, onde vai a síntese do trabalho desenvolvido e eu vejo, por exemplo: obras de recuperação dos Paços do Concelho - é uma obra nova, não foi o anterior Executivo.

Eu aproveito já para responder a outra crítica que aqui foi feita por várias pessoas e que parece esquecer isto: é que as obras não caem do céu aos trambolhões e há meses de preparação que correspondem à actividade do Executivo - é evidente que sim. O resto é não ser sério na análise das questões.

Não sei se o Deputado Diogo Machado sabe, mas para lançar uma obra destas, são necessários alguns meses de preparação: concursos públicos, projectos, etc., etc., foi actividade desenvolvida em noventa e oito. E isto vale para várias obras que foram referidas com essa crítica: Paços do Concelho, uma; novas instalações para os armazéns gerais, duas - o anterior Executivo tinha feito - zero; sindicância e processo de averiguações ao Mercado Manuel Firmino - zero; novo quadro de pessoal - estava em curso há largos anos (nós temo-lo pendente nesta Assembleia Municipal); processo de modernização administrativa - zero (contavam-se pelos dedos os computadores que existiam na Câmara quando lá chegámos); os muros dos canais - estava adjudicada pelo anterior Executivo - fui eu que enviei o contrato e que assinei e que enviei para o Tribunal de Contas; as obras na antiga Capitania - começada já durante este Executivo - trabalho do Governo; o Fórum - estariam a sessenta, setenta por cento (tivemos muito que trabalhar em conjunto com eles, para que eles abrissem a tempo. Não tiro o mérito, nunca o tirei, só que não podia obviamente, deixar de assinalar uma obra tão importante para Aveiro, no ano em que ela foi inaugurada); área circundante ao Pavilhão do Galitos - zero (foi toda, toda iniciada por nós); a pedonalização da rua Direita - ideias?? Há vinte anos que ouvia falar nisto (está a ser fechada por nós) - anterior Executivo, zero; capítulo desportivo - zero. A adesão ao Aveiro Basket; as obras no estádio Mário Duarte - nunca estive o Mário Duarte tão

bonito como está, desde que existe e foram obras completamente feitas por este Executivo; o complexo de piscinas municipais - fomos nós que fizemos as piscinas municipais ter as medidas olímpicas (é obra nossa). E a propósito do Campeonato do Mundo de Kayak-Pólo, aproveito para dizer que as dívidas da Câmara estão completamente saldadas, já o disse, já o repeti - as dívidas que faltam, são as dívidas da Federação que por qualquer problema que lhe é próprio, não consegue pagar as suas dívidas; a pista de remo - dossier quando cheguei à Câmara, zero - o processo está a andar e irá ser apresentado a todas as autoridades públicas com responsabilidade, nos próximos meses e portanto, durante um ano e tal, trabalhou-se fortemente nesse projecto; a construção do Pavilhão Multi-Usos - é claro que ainda não há Pavilhão, mas já há muito trabalho e está o concurso aberto, e estão as equipas seleccionadas - o que tinha feito o Executivo anterior sobre isto? Zero (é também uma obra nova deste Executivo, que será feita); o novo estádio de futebol e a candidatura de dois mil e quatro - uma obra completamente nova, nossa, a fazer é evidente; Programa de Apoio à Iniciativa Jovem, Casa Municipal de Juventude, Boletim Municipal da Juventude, intercâmbio de Jovens na União Europeia - tudo coisas que não existiam anteriormente; aquisição do Teatro Aveirense - três tentativas falhadas pelos anteriores Executivos (nós conseguimos, finalmente fazer a escritura e adquirir o Teatro Aveirense); as obras na fachada do Museu de Aveiro - para as quais não tínhamos competência, mas tivemos diligência e empenho político, para que elas ficassem prontas (e estão prontas). O anterior Executivo esteve quinze anos sem conseguir que aquela fachada fosse pintada; as obras, o projecto, que está adjudicado do novo Arquivo Distrital, que irá para Aradas - foi este Executivo também que desencadeou as coisas e consegui resolver isso; o Eixo Estruturante. O primeiro troço está adjudicado - é claro que são seiscentos e cinquenta metros e que são importantes para as obras que referiu (Multi-Usos e Parque de Feiras); o parque subterrâneo da Marquês de Pombal - está adjudicado - são mais quatrocentos e quarenta lugares, é completamente nova a obra, não existia nada feito quando chegámos à Câmara; os “mini-bus” - os Serviços Municipalizados adquiriram quatro, estão prontos, foram entregues e têm em concurso mais quatro; a pista das bicicletas - houve de facto em tempo um vereador (Eng.º Belmiro), que fez uma primeira experiência, mas que não passou a instalação do parque para as bicicletas. A pista está a ser feita agora - é também outra obra nova com outra filosofia muito mais ambiciosa; Sedes de Juntas de Freguesia (Aradas, Oliveirinha, Cacia, Eixo, S.^{ta} Joana e S. Bernardo) - tudo obras que estão a ser feitas actualmente; presidências abertas - já se efectuaram duas (também é novo); Aveiro Cidade Digital, completamente novo - é um investimento de um milhão e duzentos mil contos; Plano Municipal de Ambiente - completamente novo; novo regulamento de taxas e licenças, relativo aos resíduos sólidos e urbanos - novo; o novo regulamento relativo a taxas e licenças de loteamentos e obras - foi já submetido à Câmara, e enviado para inquérito público.

Depois os Planos, sobre os quais se disseram coisas muito interessantes; nós quando chegámos à Câmara, já dissemos isto aqui nesta Assembleia (mas gostam de ouvir, eu repito): quando nós chegámos à Câmara estavam 28 Planos de Pormenor em curso; e a conclusão disso é que a Cidade estava toda parada.

Nos vários mandatos em que o Dr. Girão foi Presidente da Câmara, conseguiu aprovar dois Planos de Pormenor (o da Bica e o da Baixa de S.^{to} António): o da Bica, nem toda a gente sabe onde é, e o da Baixa de S.^{to} António, já teve de ser revisto. No tempo do Prof. Celso, também conseguiu aprovar dois (o da Quinta do Simão Sul e o do Picôto). E portanto, dessa colecção completa, o resultado em termos de Plano de Pormenor que tanto acharam aí que eram determinantes para o desenvolvimento da cidade, foi francamente mau. Nós temos um neste momento em curso, e espero em aprovação rapidamente.

Os PP da Zona Industrial da Taboeira e Mamodeiro estão a ser elaborados; o PP das Glicínias está quase pronto e também virá aqui à Assembleia rapidamente. Além disso temos em elaboração o Plano de Urbanização de S. Jacinto, o Plano de Urbanização de Aveiro, o Plano

do Parque Desportivo, o Plano da Lota e o Plano que vai entre as Pirâmides e a TIR/TIF. E portanto, eu diria estamos a trabalhar bem, privilegiámos aqueles planos que nos pareciam os fundamentais para o desenvolvimento da cidade e temos a consciência muito tranquila em relação ao trabalho de planeamento que foi feito nos anteriores Executivos e que está a ser feito por este.

Depois o Dr. Filipe Brandão perguntava-me pela sindicância; as sindicâncias se bem se recordam concluíram-se muito rapidamente, o que está a demorar e demorou até agora, foram os processos disciplinares subsequentes, porque os advogados dos visados, naturalmente, serviram-se de todos os expedientes que a lei confere para defender a defesa segundo os direitos que a lei confere, para apresentar as suas defesas de acordo com as estratégias que pareceram convenientes e se fez alongar o processo neste momento. Estão concluídos já os primeiros cinco processos e portanto, falta um ou dois e as penas irão a reunião de Câmara muito em breve.

Em relação à Europa dos Pequenininos, só queria dizer que do ponto de vista ambiental, sempre nos pareceu uma zona sensível, procurámos associar a Direcção Regional do Ambiente para que não houvesse surpresas; agora saiu esta notícia no Expresso - eu já vi grandes investimentos nacionais como a ponte sobre o Tejo a terem que lidar com esta directiva das aves, conseguiu-se fazer, há formas de minorar os impactos ambientais, se de facto o investimento em causa e a área em causa, estiver abrangida pela zona de protecção especial prevista na directiva e não significa necessariamente, que o investimento esteja inviabilizado.

Agora quando é que se vê alguma coisa de concreto - tenho muita pena, mas não se começam a construir lá umas casas de repente, por muito que fosse essa a nossa vontade; não somos nós o dono do projecto e do investimento. O investimento está a ser concebido, o dono do investimento é a Fundação Bissaya Barreto, nós não podemos também aqui pôr o carro à frente dos bois.

Depois o Sr. Deputado Diogo Soares Machado, elencou uma série de questões, sem relevância financeira, mas tem relevância ainda com a actividade do município e que eu não gostaria de omitir.

A Capitania. Não há nenhuma incoerência entre aquilo que eu disse aqui há uns tempos e aquilo que apareceu no jornal. O facto de eu dizer no Relatório de Actividades que considero que a Capitania estará recuperada em breve e que é um imóvel emblemático da Cidade, não é em nada contraditório - a não ser quem queira descobrir nisso alguma contradição - com o facto de eu afirmar depois que ela vai ser a nossa Torre de Pizza (a Torre de Pizza é emblemática, em Pizza) e a nossa Capitania se ficar torta (como os técnicos me afirmaram), não deixa de ser emblemática por isso. Mas vamos ver, eu tenho esperanças que a opinião que ouvi dos técnicos, ainda venha a ser corrigida e que de facto aquilo possa ficar como deve ser - mas se não ficar, paciência, ficará recuperada nos termos em que o puder ser.

Não há dúvida que está a haver um problema financeiro; como sabem não é uma obra que depende de nós, depende da Marinha e estaremos atentos e faremos as pressões políticas convenientes para que a obra esteja pronta quanto antes.

Depois o Aveiro Basket; eu com todo o respeito pelos dois ilustres economistas que hoje se juntaram para fazer uma análise fantástica sobre o Aveiro Basket e os leigos que fizeram coro com esta análise, não percebo como é que se considera com base no primeiro balancete, que corresponde a uma certa fase da época desportiva, onde obviamente os patrocínios ainda não estão garantidos, chegam à conclusão que a sociedade está falida; ignorando completamente que é no início da época desportiva que os patrocínios se vão arranjar - isto é fantástico e eu não quero dizer mais nada sobre isto.

Pista de Remo - quanto é que vai custar? Eu disse nesta Assembleia e repito: quando eu souber quanto é que vai custar a Pista de Remo, eu digo quanto é que vai custar a Pista de Remo. Neste momento ainda não sei quanto vai custar a Pista de Remo. Lamento, mas para ser sério nisto - ainda não sei quanto é que vai custar a Pista de Remo.

O ICI, eu não posso senão partilhar da preocupação que foi aqui expressa. Acho que o Governo

nesta matéria está a atrasar-se e portanto, quando aqui o Raúl Martins me lembra muitas das obras que a Câmara está a fazer é com o apoio do Governo, eu não vou lembrar as obras que a Câmara está a deixar de fazer e as obras nacionais que estão a deixar de ser feitas em Aveiro, porque o Governo não está a corresponder às expectativas que nós criamos.

Metropolitano de Superfície; também já disse e repito: não há nada de novo nisto ou seja, mantém-se o interesse da Câmara de Aveiro e da Câmara de Águeda, de apresentarem este projecto ao quadro comunitário de apoio - o estudo está feito, e como é inter-municipal, temos a sensação que será um estudo prioritário para financiamento e portanto esse é para manter.

Obras na EN109; pergunta-me quanto é que já gastámos? Nós temos de facto um acordo com a empresa que está a fazer o hipermercado, que como sabe a 109 está em vias de desclassificação e portanto, quanto mais melhorias nós conseguirmos que aquela estrada sofra antes da desclassificação, melhor. E portanto, a atitude tem sido de ser a empresa interessada e por força do loteamento que está aprovado, há todo um conjunto de infra-estruturas viárias necessárias ao aparecimento do empreendimento, tem que ser feitas. E portanto, quem tem financiado as obras tem sido a empresa construtora - a estrada como sabe é da Junta Autónoma e temos só a ganhar com isso, porque quando ela for desclassificada nós herdamos a 109 com uma série de “obras de arte” que de outra forma teríamos que ser nós a fazê-lo.

De resto achei deselegante ao achincalhamento, quando se referiu à ERSUC; foi uma palavra infeliz, mas todos as temos de vez em quando, porque nunca dissemos o contrário. Já nesta Assembleia há muitos meses, quando de facto houve o pedido de adesão dos municípios do norte à ERSUC, isso foi referido. Por um lado chegou-se rapidamente à conclusão que o período de utilização do aterro, iria diminuir porque de facto a carga de resíduos - com os municípios do norte, aumenta muito mais rapidamente do que previsto, mas nos termos do protocolo que foi subscrito ainda nos tempos do Sr. Prof. Celso.”

Vereador Eduardo Feio:

“Os termos do protocolo assinado, pelo anterior Executivo dizem que no quadro do Baixo Vouga, o próximo município a receber o aterro é aquele que produzir mais resíduos sólidos - e isso deixa-nos numa situação que é, ou Ovar ou Oliveira de Azeméis.

O acréscimo de resíduos, vem obrigar a que no quadro do aterro haja, neste momento, um sistema de compactação dos resíduos no sentido de irem para o aterro com menos dimensão. Também já se sabia e também se tem sentido isso, que há um produção cada vez maior de resíduos sólidos - uma tendência que temos todos que começar a contrariar, através da separação e da valorização dos resíduos, mas isso é outra questão de que podemos falar mais tarde. Obviamente o tempo de vida do aterro podia ser inferior aos dez anos, independentemente de virem estes três municípios; tendo eles aderido ao sistema mesmo com a compactação dos resíduos, obviamente que o tempo de vida andarà por volta dos sete, oito, nove anos, não se sabe ao certo. Tudo isto depende também de um esforço que tem que ser feito no sentido da triagem dos resíduos, tem que ser feito no sentido de nós nas nossa casas, começarmos a separar os resíduos, de forma a que o aterro dure mais tempo.

De qualquer das formas, há uma preocupação que também me parece um bocado esquisita por parte das pessoas que intervieram aqui, em relação ao tempo de vida do aterro, quando eu lembro, nas anteriores sessões, a maior parte das pessoas queria que o aterro estivesse cá o mínimo tempo possível - mas uma coisa é garantida, o aterro não vai continuar em Aveiro.”

Presidente da Câmara:

“Continuando, o Dr. Raúl Martins fez uma forte crítica ao facto de nós estarmos a financiar o Beira Mar desta forma. Eu acho que ele acabou de prestar um mau serviço ao Beira Mar e ao desporto em Aveiro - desporto profissional e amador. Porque quem está no terreno e vai assistir aos treinos do Beira Mar, é pelo facto do Beira Mar estar na primeira divisão e ter atletas

profissionais, as escolas do Beira Mar neste momento estão cheias de miúdos; é o prestígio de Aveiro que está em causa. Eu acho que 100 mil contos, e eu recordo que o Beira Mar já recebia um subsídio quando estava na segunda divisão, nós aumentámos três mil contos em subsídio, o resto são obras no estádio e por isso é que atingimos este montante.

Eu acho que para uma cidade como Aveiro, a aposta de ter uma equipa na primeira divisão é muito importante, do ponto de vista do desenvolvimento de desporto - profissional e amador - aqui temos de facto uma concepção completamente diferente da forma de ver a importância dos clubes desportivos; o Beira Mar que fez aprovar as suas contas pela primeira vez em três anos, que está a fazer uma gestão das mais rigorosas dos últimos anos e que conseguiu nos primeiros seis meses da nova direcção, captar mais mil sócios, num universo de quatro mil. Portanto, a Direcção está a fazer um bom trabalho, acho que esta posição vem ao arrempeço de tudo aquilo que é o sentir da cidade e do que se está a passar efectivamente.

Depois diz que, tinham sido aqui aprovadas transferências de 120 mil contos para os SMA e que não foram transferidos - eu tenho muita pena mas está lá. Até está mais.

Depois o leasing imobiliário; “não encontram leasing imobiliário” - mas francamente, isso foi explicado variadíssimas vezes, a última das quais por ocasião do relatório de actividades, que tínhamos conseguido um acordo com a “Imoleasing”, no sentido de que haveria uma ano de carência, ou seja, nós durante um ano não vamos pagar sequer os encargos financeiros e portanto eles não podiam aparecer porque de facto em noventa e oito não houve encargos nenhuns com a “Imoleasing”, nem vai haver em noventa e nove. É essa a razão da aparente omissão. Não há omissão nenhuma, é assim mesmo - não pagámos nada em noventa e oito à “Imoleasing”.

Depois as questões mais financeiras: a taxa de execução global que nós atingimos, é de facto de sessenta e oito, sessenta e sete, disse aqui que era mais uma questão de continuidade - mas eu peço desculpa, é que sessenta e sete por cento, é igual a sessenta e sete por cento, mas resta saber - que ordem de grandeza? E enquanto no ano anterior, estávamos a falar de um orçamento de seis milhões de contos, no ano de noventa e oito, estamos a falar de sessenta e sete por cento de um orçamento de nove milhões de contos. Portanto, a execução financeira e o desenvolvimento económico que se trouxe para o Município de Aveiro em noventa e oito, logo no primeiro ano em que esta equipa tinha alguns direitos a trabalhar menos bem do que a que já cá estava há tanto tempo, conseguiu uma taxa de desenvolvimento de execução financeira importante desenvolvimento económico para o Município de Aveiro, que em termos reais é muito superior àquela que foi obtida em noventa e sete, ainda por cima ano de eleições, em que se gastou muito mais do que em anos anteriores, como os números provam.

Tivemos alguns problemas para encontrar terrenos vendáveis, logo no primeiro ano e tivemos algum trabalho de processamento administrativo e burocrático para conseguir agora, esperamos, que este ano as coisas possam correr melhor e portanto, realizar as verbas que não foi possível realizar no primeiro ano. E também tivemos alguma redução, contabilística pelo menos, que toda a gente detectou nas transferências do Estado. E dizem assim - o Estado, que é do Governo Socialista, deveria em noventa e oito, ter transferido mais dinheiro. E a verdade é que nota-se que houve um decréscimo de duzentos mil contos, no entanto eu chamo a vossa atenção, que nós temos e como foi um ano de muito trabalho e com estes programas todos operacionais, através dos quais o Estado financia os municípios e estamos a falar do PROCENTRO, do PROSIURB, e de outros protocolos de menor importância. Como estes protocolos implicam de facto que se faça algum trabalho administrativo e obra e pagamentos. Neste momento, com todos os projectos que temos desencadeados, já temos direito a receber participações no montante de setecentos e dezanove mil contos, a acrescentar portanto, se quiserem a esses quinhentos que aparecem no ano de noventa e oito, ou seja, entramos para noventa e nove, já com um montante equivalente ao de noventa e sete, fora o resto, fora o ano todo que temos ainda pela frente para trabalhar. Portanto, eu não estou muito preocupado com

isso, corresponde de facto ao ritmo do desenvolvimento próprio dos processos e não corresponde a um menor apoio do Estado, ao contrário do que possa parecer.

No total as receitas cresceram vinte virgula nove por cento, em relação a noventa e sete, sendo certo que a variação entre noventa e sete e noventa e seis (noventa e sete foi ano de eleições - eu friso), foi apenas de sete virgula noventa e sete por cento.

É verdade que contraímos um empréstimo de um milhão cento e cinquenta e que esse empréstimo foi uma parte para investimento e outra parte para saneamento financeiro; trezentos e cinquenta para financiamento financeiro e o resto para investimento. Também não podemos esquecer que aumentámos as receitas correntes na mesma ordem de grandeza, em um milhão. No entanto, não vos escondo que a situação financeira do município continua a ser má, porque não há milagres, nós temos que mudar, como vem previsto no Plano de Actividades que aprovámos: temos que criar novas fontes de receita e temos que ter uma grande contenção nos custos, porque senão não conseguimos fazer tudo aquilo que nos propomos.

Em todo o caso, o montante de endividamento que também foi muito propalado como sendo uma catástrofe, está longe de o ser - nós estamos apenas com 40% da nossa capacidade de endividamento afectada. Temos ainda livre, 60% dessa capacidade. A capacidade de endividamento tem a ver com a relação entre os encargos financeiros e os montantes da dívida e o montante dos investimentos feitos no ano anterior ou os duodécimos do fundo municipal.

Portanto, se for necessário, e se olharem um pouquinho para o país e às vezes aparecem uns estudos feitos, a Câmara de Aveiro nessa matéria é das que está menos endividada. Há câmaras que estão endividadas até ao máximo, nós estamos apenas a quarenta por cento.

Mesmo com dificuldades financeiras, eu queria dizer que esta Câmara em noventa e oito transferiu para os Serviços Municipalizados de Aveiro, 103 mil contos, conta apenas 62 mil contos em noventa e sete.

Em mil novecentos e noventa e seis, em que aparentemente se bateu o recorde de transferências para os SMA, aparecem 151 mil contos. Só que estes 151 mil de facto são artificiais, porque 120 mil, foi uma verba que veio da Associação de Municípios do Carvoeiro, no quadro do acordo de concessão. Além disso, transferiram-se mais trinta e um mil oitocentos e oitenta e quatro nesse ano em mil novecentos e noventa e seis, que também é dinheiro que veio do célebre acordo com a EDP, ou seja, das receitas do município em noventa e seis, não se tinha transferido nada e bem me dizia o Prof. Celso: que nunca se tinha transferido nada para os Serviços - e eu fiquei com dúvidas - mas se isto aparece aqui!... Fui investigar e de facto a explicação é esta: em noventa e seis as transferências de capital, cento e cinquenta e um oitocentos e oitenta e quatro, que é a soma de cento e vinte mil mais trinta e um oitocentos e oitenta e quatro. Em noventa e sete, aparecem setenta e quatro mil e oitocentos - este dinheiro vem da Direcção Geral de Transportes Terrestres, que foi pago em duas tranches de trinta e um mil cento e cinquenta e doze mil e quinhentos contos, também proveniente de pagamento de quotas à Associação de Municípios do Carvoeiro, dá setenta e quatro mil e oitocentos.

E agora vou-vos dizer o seguinte: em noventa e oito que é o ano em que nós entrámos, transferimos pela primeira vez, cento e três mil seiscentos e sessenta e quatro contos - via PROCENTRO, para investimentos em saneamento, mais vinte e sete mil da Direcção Geral de Transportes Terrestres.

Só quero frisar o seguinte, este Município, como se diz aliás no relatório do revisor oficial de contas dos Serviços Municipalizados, não transferiu toda a verba que deveria ter transferido - os tais setenta e cinco por cento dos investimentos participados, mas foi aquele que transferiu mais nos últimos três anos e, portanto, não venham acusar este Executivo politicamente desse facto, porque ninguém tem autoridade para o fazer em relação aos Executivos anteriores.

Depois o Sr. Prof. Manuel Coimbra, também colocou aqui algumas questões às quais eu já me referi, mas falou aqui uma coisa que deve ser um lapso, porque falou no aumento das receitas

correntes através dos impostos de SISA, dizendo que isso é uma coisa que já vem de há dez anos; deve haver aí alguma confusão entre as pessoas que ficam isentas de SISA durante dez anos e a SISA que entra nos cofres em noventa e oito. Obviamente que não tem nada a ver. O que aconteceu e esse aumento de SISA que foi significativo - e portanto também não aceito a crítica de que esse aumento da receita corrente não tem nada a ver com a actividade desta Câmara, porque é um imposto: não é verdade, esse aumento deveu-se já à diligência negocial e administrativa desta Câmara, que conseguiu promover e concretizar ainda no ano passado a transação de imóveis entre “Aveiria” e a “Imoleasing”, que rendeu de SISA trezentos mil contos, o que significa de facto um aumento percentual muito importante nesse sentido. Foi assim mesmo, aí de facto houve uma intervenção da Câmara, directa, identificada, no aumento da SISA.

“O Lago não tem cota!...”; fico preocupado e garanto-lhe que seria uma enorme surpresa. Os estudos e os projectos que foram feitos garantem que sim, tem cota navegável - para barcos de médio calado e, portanto, isso para mim seria uma surpresa de todo o tamanho e seria um gravíssimo problema (penso que deve haver aí falta de informação, porque não pode ser - de maneira nenhuma).

O Sr. Presidente da Junta da Freguesia de Eixo, colocou-me aqui uma questão sobre os critérios das transferências para as Freguesias; de facto há aqui freguesias que aparecem privilegiadas, aparentemente, mas deve-se por exemplo, no caso de Aradas, a dívidas do ano anterior que nós encontrámos por pagar; substancialmente é isso. No caso de S.^{ia} Joana, foi muitos dos pagamentos que tivemos que fazer relativamente às obras da sede da Junta de Freguesia, que nos caíram nesse ano financeiro e que houve que assumir. São de facto as duas grandes diferenças. É tudo. Muito obrigado.

Vogal António Salavessa:

“Eu queria protestar, por o Sr. Presidente da Câmara, se ter absterido de qualquer comentário às intervenções proferidas na reunião anterior. não trouxe os apontamentos, o que por isso lhe digo, que ficam incontestadas algumas afirmações que aqui proferi.”

Entretanto saiu da sala o vogal Manuel Júlio Braga Alves.

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Eu também fiquei à espera de uma série de questões que pus e que não ouvi respondidas. Efectivamente desde a não referência a nada do que era um Plano Estratégico, que já vinha do anterior Executivo e que já tinha sido aprovado por esta Assembleia - eram assuntos que me pareciam importantes. Queria saber se efectivamente estava prevista alguma verba, concretamente, para o que couber à Câmara Municipal na hipótese do Euro2004, em futebol, vir para aqui e se tiver que construir um estádio - fomos informados que há uma forte participação exterior à Câmara, mas eu pergunto, se a Câmara tem ou não perspectivada e assegurada a parte que lhe pode caber; perguntei se havia ou não, a perspectiva de apoiar da melhor forma a Associação Académica da Universidade de Aveiro; falei sobre a problemática da Educação e de facto lamentei, que no momento em que existe um Ministro da Educação que tem alguma capacidade de ouvir sugestões, não ter sido aqui realizado nada - nem debates, nem propostas, nem soluções, cabendo à parte da Câmara Municipal; Pistas de Bicicletas - perguntei qual era o efeito de andarmos a fazer um inquérito quando elas já estão em curso. Se o inquérito disser que não, o que é que isso quer dizer?; também dissemos que o estacionamento iria ser reduzido. Tendo-nos sido dito que ia haver novos parques e portanto isso não era problema! a minha questão foi: se não devíamos fazer ao contrário - primeiro a garantia de haver parques e só de pois fazer a pista, enfim. Evidentemente que a pista dá mais “show-off”, mas no entanto, não há dúvida nenhuma que havia primeiro que acautelar os problemas, que

eles podiam ser levantados.

Perguntei concretamente ainda um problema da “Europa dos Pequenitos”, que era o problema de facto da aquisição daquelas marinhas de sal, quando aparentemente, tudo indica que não pode lá ser construído. E lembro-me que na altura, quando se discutiu o assunto, eu disse que aquilo era uma REN - Reserva Ecológica Nacional, era uma ZPE - Zona de Protecção de Espécies e que com certeza que não se poderia construir nada e não houve nenhum cuidado com isso. Gastaram-se sessenta e cinco mil contos para isso.

Tinha outras questões, mas não vou voltar a elas porque na verdade o Dr. Raúl Martins, já as colocou e muito bem, e eu acrescento só que, eu não dizia que o desporto profissional havia de cortar verbas, o que eu dizia é que é preciso arranjar critérios, porque não sei se é muito ou pouco que se dá ao Beira Mar, porque não há critério. Gostaria que se definissem critérios para o Aveiro Basket e também disse na altura que se eventualmente se verificasse que até se estava a dar demais, efectivamente se o critério chegava à conclusão que estávamos a subsidiar demasiadamente este desporto, se não nos lembrávamos que é preciso fazer uma reinserção social para obstar à exclusão social que se está a verificar e ao que temos a nível da insegurança nesta terra.

Gostaria de dizer que não me admira nada das observações feitas pelo Dr. Raúl Martins, já em situações anteriores verificámos isso quando foi da Contribuição Autárquica. Quando de facto, e finalmente, a bancada do PS verifica, que nós temos razão - como foi o caso - não têm nenhum pejo em tirar o tapete de baixo dos pés do Presidente. Enquanto o senhor funciona bem é PS, quando algo funciona mal, tiram-lhe o tapete e deixam-no estatelado no chão.”

Vogal António Salavessa:

“Eu não vou fazer nova intervenção, a Câmara registou, entendeu não tomar nota! ...”

Presidente da Câmara:

“Eu tenho pena de facto de não ter trazido as minhas notas sobre as questões do Sr. Salavessa, porque gostava de lhe ter respondido.

Em relação às que foram suscitadas pelo Sr. prof. Britaldo - sobre o Plano Estratégico - foi aqui recordado (penso que isso já foi dito), que o Plano Estratégico está a ser seguido; temos reunido o Gabinete Cidade. O Plano Estratégico convém recordá-lo, foi aprovado por unanimidade; é um Plano Estratégico que não suscita grandes questões a ninguém e obviamente, tem-nos servido como um elemento orientador na definição dos projectos e das prioridades. Claro que um Plano Estratégico - se é um bom Plano Estratégico, não se anda a mudar de ano a ano, tem que ter um horizonte temporal de pelo menos cinco anos; talvez mais até.

Depois em relação às relações com a Associação Académica; eu devo dizer que tive já a ocasião de reunir de novo com a Associação Académica na sequência de todas aquelas notícias que apareceram. Desfizemos alguns males entendidos, alguns equívocos, acho que há todas as condições para termos boas relações com a Associação Académica - a Câmara entende que deve ser assim, reconhece o papel muito importante que a Associação tem desempenhado na animação, na vida cultural, na economia local, em iniciativas de carácter solidário, designadamente por Timor. Eu penso que eles também perceberam que houve, de facto, pequenos problemas de comunicação e que hiper-valorizaram essas pequenas falhas dos Serviços, transformando isso em títulos de jornais e isso não ajuda a que os problemas se resolvam, só prejudica. Mas portanto creio que estão criadas boas condições, para que haja um bom relacionamento entre a Associação Académica e a Câmara.

A Pista de Bicicletas; como lhe digo, nós encomendámos um estudo já depois (não lhe escondo isso) de ter decidido fazer a Pista. Mas estar na política também tem destas coisas, envolve riscos políticos, e nós no caso da Pista assumimos o risco político de a fazer e depois confirmar

aquilo que pressentimos ser verdade. Porque senão tínhamos que estar a fazer sondagens cada vez que fazíamos uma rua nova ou um projecto novo e, portanto, não podemos andar ao sabor das sondagens.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“É um risco com o dinheiro dos contribuintes...”

Presidente da Câmara:

“Mas neste caso, até foi o Sr. Prof. Britaldo que falou nisso, acha que se justifica e portanto ...”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Eu disse que seria um utilizador, mas gostava de ter a certeza que era dinheiro bem empregue.”

Presidente da Câmara:

“Achamos que sim e que vai confirmar, para aqueles que ainda duvidam, o grande interesse e o grande êxito que vai ser a Pista.

As Marinhas de Sal como sabe, a aquisição estava prevista no protocolo que foi assinado com a Fundação Bissaya Barreto; nós honrámos o protocolo. E justamente, desde o início, o que eu tenho tentado fazer é evitar que elas sejam aterradas e, portanto, deslocalizar a implantação do projecto do aterro que se ia fazer nessas marinhas, para uma zona que já está aterrada. Mais louvável do que isto, do ponto de vista da diminuição do impacto ambiental, eu não vejo o que é que pudesse ter sido feito.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Mas evitava-se comprar as marinhas, não é?”

Presidente da Câmara:

“Não! Porque uma das cláusulas que foi fundamental e que foi exigida pela fundação, é que a Fundação ficasse em propriedade plena, titular das marinhas ou do território, e se não fosse nesse regime não poderia ser; e no caso das marinhas isso é possível e, portanto, tiveram que se comprar.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Mas afinal elas não vão ficar lá?!”

Presidente da Câmara:

“Mas farão parte do projecto, como espelho de água.

Depois em relação ao Euro, nós temos mais que uma promessa, um protocolo assinado pelo Estado, que garante vinte e cinco por cento do financiamento do Estado, num custo estimado de seis milhões de contos, e temos um plano de financiamento que nos parece credível e que agora à medida que o Projecto for sendo desenvolvido nós vamos afinar melhor. Passa obviamente por contribuição do orçamento municipal até dois mil e quatro, portanto anualmente, iremos reservando cerca de duzentos mil contos no orçamento para esse efeito; passa pelo recurso ao crédito bancário numa das partes e passa também pela a alienação dos terrenos do actual Mário Duarte; não todos, mas de uma parte. Portanto, poderão advir daí também, receitas importantes. Mas isso como lhe digo, é um projecto cuja dimensão aconselha neste momento a uma prudência ao nível dos meios de financiamento que irão ser canalizados.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação o prolongamento da Sessão para seis

reuniões nos termos do artigo 38 do Decreto Lei 100/84, que mereceu a aprovação por unanimidade.

Continuando, a pedido da bancada do CDS/PP, o Sr. Presidente da Mesa nos termos regimentais interrompeu os trabalhos.

Saiu da sala o vogal Dinis Marques.

Reiniciados os trabalhos O Sr. Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º 2 - Câmara Municipal - Relatório de Actividades relativo a 1998, o qual mereceu aprovação por maioria de onze votos a favor (10PS+1PP) e catorze abstenções (6PP+7PSD+1PCP).

De seguida colocou à votação a Conta de Gerência de 1998, que mereceu aprovação por maioria de doze votos a favor (10PS+1PP+1PCP) e treze abstenções (6PP+7PSD).

Seguiram-se as declarações de voto dos Vogais:

Vogal António Salavessa:

“Votei a favor das Contas, porque do ponto de vista técnico, nada há a aduzir em relação àquilo que é uma mera apresentação técnica e que terá que ser ratificada pelo Tribunal de Contas; já no que diz respeito ao Relatório de Actividades, pensando que não há propriamente uma carga de irrealismo ou de mentira, traduz com tudo, várias opções políticas com as quais não concordo; daí a abstenção.”

Vogal Filipe Brandão:

“A bancada do Partido Socialista, votou favoravelmente o relatório e a Conta de Gerência, atenta desde logo a natureza deste tipo de documentos, mas fá-lo sobre maneira, por gostosamente ver nele plasmados uma actividade dinâmica, responsável e legitimamente ambiciosa para Aveiro.

As sugestões aventadas individualmente por elementos desta bancada, não podem deixar de ser entendidas neste contexto, como contributo para o desenvolvimento sustentado deste concelho, na certeza de que a condução dos destinos do Município, vê quotidianamente reforçada a sua legitimidade popular, facto que reputamos de incontroversa e que registamos com agrado.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“O Relatório de Actividades traduz um desempenho da Câmara Municipal, que criticamos vivamente. Não apoiando e criticando este desempenho, reconhecemos que o Relatório de Actividades espelha a acção desenvolvida. Assim, abstemo-nos na votação para explicitar a crítica à acção, não votando contra, já que o Relatório espelha apesar de tudo a pobreza dessa mesma acção.

Relativamente à Conta de Gerência, dizemos que reconhecendo uma forte lógica despesista nas despesas correntes e o endividamento da autarquia demasiado elevado, abstemo-nos na votação da Conta de Gerência, tendo em atenção que devemos criticar a referida lógica, mas reconhecendo que ela está expressa no documento apresentado.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Quando em tempos não muito longínquos - e já neste mandato, outros não votaram, nem sufragaram, políticas e atitudes que este Executivo propunha para Aveiro, nós fizemo-lo, no sentido de que entendemos que era necessário nessa altura a nossa ajuda, que era necessário nessa altura o nosso apoio.

Fizemo-lo no entanto, contudo, sempre exigindo compromissos claros, inequívocos e directos, de esclarecimentos à posteriori, que na altura também logo dissemos que iríamos reclamar. Temos vindo a fazê-lo reclamado esses esclarecimentos sistematicamente, esses mesmo esclarecimentos ou não têm sido produzidos ou quando o são enfermam de meias verdades, verdades tapadas com uma peneira de crivo demasiado largo, para que o sol não possa passar. As meias verdades, as inverdades, e algo mais forte ainda, por nós deixaram de passar em claro nesta Assembleia.

O tratamento a que temos sido votados nesta Assembleia, por nós terminou, não mais pactuaremos com isso. De hoje em diante, e em documentos que não se revistam de vital importância para a estabilidade governativa do Município de Aveiro, mostraremos ao Executivo da Câmara Municipal, qual é a nossa posição na defesa dos interesses daqueles que também nos elegeram. Muito obrigado.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião. Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade e cujo texto se anexa fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando e dado o adiantado da hora, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião, convocando nos termos regimentais, a próxima reunião da presente Sessão para o dia 19 de Maio de 1999 (quarta-feira), pelas 18:00 horas.

Eram 02:00 horas do dia 18 de Maio.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.